

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**ANEXO II – DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - RETIFICADO**

CONHECIMENTOS COMUNS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos. 10. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 11. Locuções verbais (perífrases verbais). 12. Funções do “que” e do “se”. 13. Formação de palavras. 14. Elementos de comunicação. 15. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 16. Concordância verbal e nominal. 17. Regência verbal e nominal. 18. Colocação pronominal. 19. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 20. Elementos de coesão. 21. Função textual dos vocábulos. 22. Variação linguística.

Referências Bibliográficas:

BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. Conecte: gramática reflexiva. 1 edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

Raciocínio Lógico: 1. Raciocínio Lógico e matemático: resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). 2. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

Referências Bibliográficas:

Dante, L. R.- Matemática. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.
Gerônimo, J. R.; Franco, V. S.- Fundamentos da matemática. Maringá - PR: Eduem, 2006.
Ético Sistema de ensino: Matemática. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Legislação: 1. Lei Orgânica Do Município De Novo Hamburgo. Código de Posturas de Novo Hamburgo. Lei Municipal Nº 334/2000, De 19 De Abril De 2000 (Vide Lei Nº 1990/2009). Lei Nº 333, de 19 de abril de 2000.

Referências Bibliográficas:

NOVO HAMBURGO. Câmara Municipal. *Lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 2009*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-organica/2009/0/1/lei-organica-n-0-2009-lei-organica-do-municipio-de-novo-hamburgo-rs>>
NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 85, de 10 de dezembro de 1954*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/1954/8/85/lei-ordinaria-n-85-1954-codigo-de-posturas.html>>
NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 333, de 19 de abril de 2000*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2000/33/333/lei-ordinaria-n-333-2000-institui-o-regime-juridico-estatuatario-dos-servidores-publicos-municipais-revoga-as-leis-n-181-91-21-93-2-95-24-95-14-97-28-97-35-97-125-97-223-99-e-238-99-os-artigos-2-3-4-e-5-da-lei-n-71-92-artigo-3-da-lei-n-116-93-artigo-1-da-lei-n-46-94-lei-complementar-n-166-99-e-da-outras-providencias>>
NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 334, de 19 de abril de 2000*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2000/33/334/lei-ordinaria-n-334-2000-institui-o-plano-de-classificacao-de-cargos-e-funcoes-no-servico-publico-municipal-e-da-outras-providencias.html>>

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos. 10. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 11. Locuções verbais (perífrases verbais). 12. Funções do “que” e do “se”. 13. Formação de palavras. 14. Elementos de comunicação. 15. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 16. Concordância verbal e nominal. 17. Regência verbal e nominal. 18. Colocação pronominal. 19. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 20. Elementos de coesão. 21. Função textual dos vocábulos. 22. Variação linguística.

Referências Bibliográficas:

CEREJA, W. R. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso. São Paulo: Saraiva, 2016.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de Texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender O Texto: Leitura E Redação. 18 ed. São Paulo: Ática, 2007.
CUNHA & CINTRA. Nova Gramática do Português Contemporâneo, 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
MARTINO, A. Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2012.
NEVES, M. H. M. Gramática de Usos do Português. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
SPADOTO, N. T. & PASCHOALIN M. A. Minigramática. São Paulo: FTD, 2010.
SPADOTO, N. T. & PASCHOALIN M. A. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2008.

Raciocínio Lógico: 1. Raciocínio Lógico e matemático: resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). 2. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

Referências Bibliográficas:

FRANÇA, Elizabeth *et al.* Matemática na vida e na escola, 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.
IEZZI, Gelson *et al.* Matemática: ciência e aplicações. v. 1-3, ensino médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
PADILHA, Josimar. Raciocínio lógico-matemático: teoria e aplicação. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Vestcon, 2013.

Legislação: 1. Lei Orgânica Do Município De Novo Hamburgo. Código de Posturas de Novo Hamburgo. Lei Municipal Nº 334/2000, De 19 De Abril De 2000 (Vide Lei Nº 1990/2009). Lei Nº 333, de 19 de abril de 2000.

Referências Bibliográficas:

NOVO HAMBURGO. Câmara Municipal. *Lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 2009*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-organica/2009/0/1/lei-organica-n-0-2009-lei-organica-do-municipio-de-novo-hamburgo-rs>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 85, de 10 de dezembro de 1954*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/1954/8/85/lei-ordinaria-n-85-1954-codigo-de-posturas.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 333, de 19 de abril de 2000*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2000/33/333/lei-ordinaria-n-333-2000-institui-o-regime-juridico-estatutario-dos-servidores-publicos-municipais-revoga-as-leis-n-181-91-21-93-2-95-24-95-14-97-28-97-35-97-125-97-223-99-e-238-99-os-artigos-2-3-4-e-5-da-lei-n-71-92-artigo-3-da-lei-n-116-93-artigo-1-da-lei-n-46-94-lei-complementar-n-166-99-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. *Lei nº 334, de 19 de abril de 2000*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2000/33/334/lei-ordinaria-n-334-2000-institui-o-plano-de-classificacao-de-cargos-e-funcoes-no-servico-publico-municipal-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

NÍVEL MÉDIO

CARGO 201: AGENTE SOCIAL

Conhecimentos Específicos: 1. Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas; 2. Noções Básicas da Lei Federal n.º 11.343/2006; 3. Lei Federal n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; 4. Noções Básicas da Lei Maria da Penha - Lei n.º 11340 de 07/08/2006 e suas alterações. 5. Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante Juvenil; 6. Declaração Universal dos Direitos Humanos; 7. Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; 8. Noções Básicas sobre a Pedagogia do Oprimido; 9. Noções Básicas sobre Relações Humanas.

Referências Bibliográficas:

SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita; *et al.* O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento, p. 167-232. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S; RAICHELIS, R. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. D.O.U. de 8.7.1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. São Paulo: Cortez, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1. 1ª ed. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Vol. 1. 2ª ed. Brasília, 2012a.

GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. Emancipação, Ponta Grossa, 12(1): 131-141, 2012. Disponível em: <<https://www.cairu.br/arquivos/biblioteca/Desenvolvimento%20de%20comunidade%20e%20serviço%20social.pdf>>.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAPTISTA, MYRIAN VERAS. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. Veras Editora. São Paulo: Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/altineia.neves/planejamento-e-gestao-em-servico-social/baptista-myrian-veras-planejamento-social-a-racionalidade-do-planejamento/view>>.

GERBER, L.M.L. Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos. 2011. <<https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/2011/Texto-Oficina-de-Servico-Social-Elaboracao-de-Estudios-e-Parecer-Social.pdf>>.

FÁVERO, E.T.; MELÃO, M.J.R; JORGE, M.R.T. (orgs). O Serviço Social e a psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S; RAICHELIS, R. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DOU de 8.12.1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. D.O.U. de 5.10.1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Disque 100. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100-1>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Criança e adolescente: Disque 100 - Disque Direitos Humanos - Disque Denúncia Nacional. Disponível em: <www.crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. O que é um Observatório Social do Brasil (OSB)? Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>>.

TEIXEIRA, S.O. NEVES, D. Trabalho e assistência Social no capitalismo dependente: uma análise marxista das chamadas políticas "ativas de mercado de trabalho", p. 133-163. In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R.L. (Orgs.) Marxismo, política social e direitos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

BEHRING, E.R. Política social no capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. Que controle social na Política de Assistência Social? In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 72 – SP: Cortez, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. DOU de 7.7.2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). DOU de 5.4.2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. DOU de 3.10.2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Orientações para notificação e atendimento. atualização em 19 de Julho de 2019. Disponível em: <www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-de-violencias/orientacoes-para-notificacao-e-atendimento>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU de 7.7.2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. DOU de 8.8.2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

LIMA, R.L. A questão das relações sociais de gênero em Marx e Engels: contribuições do pensamento marxista para entender a opressão das mulheres. In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R.L. (Orgs.) Marxismo, política social e direitos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIA. Desalentado, desocupado ou subocupado? Entenda esses termos! 20/12/2019. Disponível em: <<https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2019/12/20/1167251/desalentado-desocupado-subocupado-entenda-terminos.html>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. Desesperança faz trabalhador desistir de procurar emprego. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/desperanca-faz-trabalhador-desistir-de-procurar-emprego.shtml>>.

VALOR. IBGE: Desalentados, sem carteira e conta própria são recordes em julho. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/08/30/ibge-desalentados-sem-carteira-e-conta-propria-sao-records-em-julho.ghtml>>.

ESTADÃO. Taxa de desemprego fica em 11,8% e Brasil tem 12,5 milhões de desocupados, aponta IBGE. 31.10.2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-fica-em-11-8-e-brasil-tem-12-5-milhoes-de-desocupados-aponta-ibge,70003070987>>.

CARGO 202: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Conhecimentos Específicos: 1. Postura profissional. 2. Organização do ambiente de trabalho. 3. Gestão arquivística: Técnicas de arquivamento; Métodos de arquivamento; Classificação de arquivos; Gestão de documentos; Tabela de temporalidade. 4. Noções de Administração: Conceitos e fundamentos da Administração; Gestão de materiais e logística; Noções de Técnicas Administrativas; Organização, sistemas e métodos; Noções de Marketing. 5. Noções de Gestão de Pessoas. 6. Noções de Contabilidade. 7. Noções de Administração Financeira. 8. Noções de orçamento público. 9. Receitas e despesas públicas. Princípios e sistemas da Administração Federal: SIAFI e SICAF. 10. Noções de cidadania. 11. Atendimento ao público: comunicação, postura profissional e relações interpessoais. 12. Tipos de correspondências oficiais e suas especificações. 13. Comunicações oficiais: 13.1. Aspectos gerais da redação oficial. 13.2. Redação dos atos normativos e comunicações. 13.3. Aplicação de princípios da ortografia e de elementos da gramática à redação oficial.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Manual de redação da Presidência da República. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2018.

MP-PR. Manual de atendimento do MP-PR. Curitiba, Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional. Sd.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GADELHA, S. R. B. Introdução ao orçamento público. Brasília: Enap, 2017.

HOJI, M. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GULLO, J. Administração: Para Quem Estuda, Ensina e Prática. São Paulo: Bom Dia, 2016.
FREIBERGER, Z. Gestão de documentos e arquivística. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação à distância. Rede e-tec Brasil, 2012.
FRANCESCHI, A. e ECKHARDT, M. Administração e organização do trabalho. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.
CIEE. Curso: postura e imagem profissional. Programa CIEE de Educação a Distância. Disponível em: <http://files.megaapostila.webnode.com.br/200000011-a7db5a8e78/Postura%20e%20imagem%20profissional.pdf>
SIAFI, Vantagens. Página do Tesouro da Fazenda. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/SIAFI>. Brasília Acesso em 23 jan. 2020.

CARGO 203: ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO

Conhecimentos Específicos: 1. Código de Obras e Posturas do Município de Novo Hamburgo. 2. Noções de Direito Administrativo: Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 3. Princípios informativos: expressos e implícitos (art. 37 da Constituição Federal e art. 2º da Lei nº 9.784/1999). 4. Administração Pública direta e indireta; desconcentração e descentralização; autarquias, autarquias especiais (agências reguladoras e agências executivas), fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; consórcios públicos (art. 241, Constituição Federal). 5. Órgão público: conceito, classificação, competências públicas. 6. Agentes Públicos: classificação; normas constitucionais concernentes aos agentes públicos. 7. Servidor público: cargo, formas de provimento, funções, atribuições, concurso público, acumulação, estabilidade, aposentadoria, sistema constitucional de remuneração, responsabilidade, direitos e deveres dos servidores públicos. 8. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, classificação, cassação, revogação, anulação e convalidação. 9. Vinculação e discricionariedade, ato administrativo nulo e anulável. 10. Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia. 11. Polícia judiciária e Polícia administrativa. 12. Principais setores de atuação da polícia administrativa. 13. Uso e abuso de poder. 14. Licitação (Lei nº 8.666/93): conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade. 15. Responsabilidade civil do Estado. 16. Improbidade administrativa. 17. Lei Anticorrupção. 18. Controle da atividade administrativa: controle interno e externo. 19. Controle de mérito e controle de legalidade. 20. Bens públicos. 21. Intervenção na propriedade. 22. Noções de Direito Constitucional: A Constituição da República Federativa do Brasil. 23. Direitos e garantias fundamentais. 24. Administração Pública: disposições gerais. 25. Servidores públicos. 26. Da repartição de competências no plano federativo: União, Estado e Município. 27. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. 28. Conhecimento da legislação sobre Zoneamento, Loteamento. 29. Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos e notas fiscais. 30. Zelo pelo patrimônio público. 31. Noções de controle de estoque de materiais nas obras particulares. 32. Conhecimento sobre a concessão de habite-se para moradia e funcionamento de prédios residenciais, comerciais e industriais. 33. Noções sobre as normas de vigilância sanitária. 34. Definições, políticas e cuidados éticos da profissão de fiscal. 35. Sistema Nacional de Trânsito: Finalidade; composição; competências. 36. Noções de Direção Defensiva. 37. Educação no Trânsito. 38. Uso correto do veículo. 39. Normas gerais de circulação e conduta. 40. Habilitação: requisitos, aprendizagem, exames, permissão para dirigir, categorias. 41. Noções de Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Cidadania. 42. Pedestres e Condutores de Veículos não Motorizados. 43. Operação de Fiscalização e Policiamento Ostensivo de Trânsito. 44. Condução de Escolares. 45. Infrações. 46. Penalidades e Multas. 47. Crimes de Trânsito. 48. Sinalização. 49. Legislação de Trânsito, inclusive as Resoluções do CONTRAN.

Referências Bibliográficas:

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional contemporâneo: Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2019.
BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2 ago. 2013.
BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*. 20 dez. 1979.
CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 30. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2019.
CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
DELGADO, Mário Luiz et al. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
HARADA, Kiyoshi. *Desapropriação: doutrina e prática*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 13. ed. São Paulo: RT, 2018.
MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. 16. ed. São Paulo: RT, 2012
MORAES, Alexandre. *Direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Improbidade administrativa: direito material e processual*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
NOVO HAMBURGO. Lei Complementar 2946, de 8 de julho de 2016 do Município de Novo Hamburgo – RS. Institui o Código de Edificações e revoga a Lei Complementar nº 608, de 5 de novembro de 2001, e a Lei Complementar nº 803, de 2 de dezembro de 2002.
NOVO HAMBURGO. Lei nº 85, de 10 de dezembro de 1954 do Município de Novo Hamburgo – RS. Código de Obras e Posturas.
RIZZARDO, Arnaldo. *Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

CARGO 204: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Conhecimentos Específicos: 1. Recepção do Paciente: ficha clínica, organização de arquivo. 2. Preparo e manutenção das salas de atendimento com suprimento do material necessário. 3. Isolamento no campo operatório. 4. Manipulação e classificação de materiais odontológicos. 5. Revelação e montagem de radiografias intra-orais. 6. Preparo do paciente para o atendimento. 7. Auxílio no atendimento: instrumentação do cirurgião-dentista e/ou técnico de higiene bucal junto a cadeira operatória. 8. Aplicação de métodos preventivos para controle de cárie dental e doenças periodontais. 9. Orientação ao paciente sobre higiene bucal. 10. Confeção de modelos em gesso. 11. Esterilização de Material. 12. Conhecimentos Básicos de funcionamento de uma clínica odontológica e dos equipamentos, instrumentais e materiais nela utilizados. Instrumentação de Materiais.

Referências Bibliográficas:

TORRES, Márcia Regina Cardoso; TORRES, Mára. *Saúde Bucal: atuação do técnico e do auxiliar, promoção, prevenção e controle, humanização do atendimento*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014. Publicado em parceria com Editora Senac São

Paulo.

LOBAS, Cristiane F. Saes Et Al. THD e ACD: odontologia de qualidade. São Paulo: editora Santos, 2006.

SANTOS, Willian Nívio dos; COIMBRA, Juan Luís. ACD: Auxiliar de Consultório Dentário. Rio de Janeiro: Livraria e editora Rubio, 2004.

CARGO 205: GUARDA MUNICIPAL

Conhecimentos Específicos: 1. Noções de Direito Administrativo: Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2. Princípios informativos: expressos e implícitos (art. 37 da Constituição Federal e art. 2º da Lei nº 9.784/1999). 3. Administração Pública direta e indireta; desconcentração e descentralização; autarquias, autarquias especiais (agências reguladoras e agências executivas), fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; consórcios públicos (art. 241, Constituição Federal). 4. Órgão público: conceito, classificação, competências públicas. 5. Agentes Públicos: classificação; normas constitucionais concernentes aos agentes públicos. 6. Servidor público: cargo, formas de provimento, funções, atribuições, concurso público, acumulação, estabilidade, aposentadoria, sistema constitucional de remuneração, responsabilidade, direitos e deveres dos servidores públicos. 7. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, classificação, cassação, revogação, anulação e convalidação. 8. Vinculação e discricionariedade, ato administrativo nulo e anulável. Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia. 9. Polícia judiciária e Polícia administrativa. 10. Principais setores de atuação da polícia administrativa. 11. Uso e abuso de poder. Licitação (Lei nº 8.666/93): conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade. 12. Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, prevenção e combate a incêndios, comunicação radiofônica, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade e moralidade, noções de direito penal (crime consumado e crime tentado, penas privativas de liberdade, legítima defesa, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes contra a administração pública). 13. Direitos humanos. 14. Estatuto da criança adolescente. Noções básicas de direito administrativo.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA. C. Atos Administrativos. Disponível em: https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaTvJustica/portaTvJusticaNoticia/anexo/Carlos_Barbosa_Atos_administrativos_Parte_1.pdf.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. CÓDIGO PENAL. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado no DOU de 31.12.1940.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado no DOU de 16.7.1990

BRASIL. LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado no DOU de 1.2.1999.

BRASIL. LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado no DOU de 7.4.2005.

CARVALHO FILHO, J. S. Manual de Direito Administrativo – José dos Santos Carvalho Filho. 27ª ed. Ver, ampl. e atual. atual 31-12-2013. – São Paulo: Atlas, 2014.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GOMES, L. F. Qual a diferença entre descentralização e desconcentração?. Jusbrasil. 2009. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1126602/qual-a-diferenca-entre-descentralizacao-e-desconcentracao>.

OLIVEIRA. R. M. O que se entende por convalidação dos atos administrativos? Jusbrasil. 2010. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2259318/o-que-se-entende-por-convalidacao-dos-atos-administrativos-rodrigo-marques-de-oliveira>.

ROMANO, R.T. ÓRGÃO PÚBLICO: CONCEITO E RELAÇÃO ENTRE ELES. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/54248/orgao-publico-conceito-e-relacao-entre-eles>.

GOMES, L. F. Qual a diferença entre descentralização e desconcentração?. Jusbrasil. 2009. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1126602/qual-a-diferenca-entre-descentralizacao-e-desconcentracao>.

CARGO 206: OPERADOR DE MONITORAMENTO

Conhecimentos Específicos: 1. Perfil e Postura do Operador de Monitoramento; 2. Sigilo das informações; 3. Tipos de Ocorrências e acompanhamento das ocorrências onde é necessário o monitoramento; 4. Bens móveis e imóveis patrimoniais ou de domínio público; 5. Providências e medidas nos casos de anormalidades, danos ou arrombamentos ao patrimônio público; 6. Procedimento de atendimento telefônico nos diversos tipos de ocorrência; 7. Registro das Ocorrências; 8. Quando acionar os órgãos de emergência; 9. Conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício para as atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação. 10. Noções Básicas sobre Sistema de Segurança por CFTV (Circuito Fechado de Televisão): Tipos de Câmeras de CFTV e Central de Monitoramento de CFTV; 11. Noções básicas sobre sistemas de ALARMES: Centrais de Alarmes, Tipos de comunicação de alarmes e Tipos de ocorrências em alarme.

Referências Bibliográficas:

MANUAL DO VIGILANTE – CURSO DE FORMAÇÃO. 2ª Edição – Atualizada pela Portaria nº 3.233/12. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/manual-do-vigilante>.

VIDEOMONITORAMENTO. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública. SENASP. Brasília, 2017.

Código Civil (LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002) – art. 79 ao 103 do CC de 2002.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Brasília- DF.

CARGO 207: SECRETÁRIO DE ESCOLA

Conhecimentos Específicos: 1. Administração Escolar: Controle de frequência dos corpos, docente e discente. 2. Controle sobre arquivamento de processos em geral. 3. Assistência e apoio material para o corpo docente. 4. Atendimento em relação ao corpo discente. 5. Controle sobre suprimento de material necessário ao funcionamento da escola. 6. Taxas educacionais (matrículas, movimentação de alunos, repetência, evasão de alunos e outras. 7. Participação, junto à direção escolar, na determinação dos indicadores educacionais. 8. Escrita Escolar - Escrita referida ao docente, especialista e pessoal administrativo: Livro de escrita escolar: - Tipos; - Finalidades; Instrumentos utilizados para o registro da vida escolar do aluno: Organização didática (matrícula; atas; transferências; ficha individual; histórico escolar; boletim escolar; diário de classe; declaração provisória de

transferência; certificados; diplomas) - Arquivo: Finalidade; Tipos; Importância; Organização; Processo de incineração, microfilmagem, informática; Regimento Escolar e Proposta Pedagógica; Quadro Curricular.

Referências Bibliográficas:

Libâneo, José Carlos. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Manual do secretário escolar / Secretaria da Educação Básica do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2005.
Medeiros, João Bosco. Manual da Secretária. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
Lima, Adriana Oliveira. Fazer escola: a gestão de uma escola piagetiana. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.
Sousa, Rosineide Magalhães de. Técnicas de Redação e Arquivo. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
Preedy, Margareth. Gestão em educação: estratégias, qualidade e recursos. Porto Alegre: Artmed, 2006.
Manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal/Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2018.

CARGO 208: TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Conhecimentos Específicos: 1. Conceitos Básicos de Sistemas de Informações. 1.1. Computadores: organização e arquitetura de computadores, componentes de um computador (hardware e software). 2. Sistemas Operacionais: Linux, Windows e Windows Server: instalação e manutenção, estrutura e gerenciamento, comandos do console e conexão remota. 3. Sistemas de arquivos. 4. Rede de Computadores: fundamentos de comunicações de dados, meios físicos, sistema de transmissão digital e analógica, dispositivos, componentes e sistemas de cabeamento e serviços de comunicação. 5. Redes LANs e WANs, arquiteturas OSI e TCP/IP, protocolos, serviços e servidores WEB. 6. Arquitetura cliente-servidor, conceitos de internet e intranet. 7. Software de navegação e exibição de páginas. 8. Conhecimentos dos softwares dos pacotes (Microsoft Office e Libre Office). 9. Softwares de correio eletrônico (Outlook, Thunderbird). 10. Softwares utilitários e suas funções. 11. Backup de arquivos. 12. Segurança da informação: segurança nos sistemas operacionais solicitados, conceitos de certificação digital, criptografia, firewall, vírus de computador, Spyware, Malware, Phishing e Ransomware. 13. Compartilhamento de arquivos em rede. 14. Administração de usuários, grupos, permissões, controle de acesso. 15. Conceitos de serviços de diretórios: Microsoft Active Directory. 16. Virtualização: principais plataformas, conceitos básicos.

Referências Bibliográficas:

TANENBAUM, Andrew S.. Organização estruturada de computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos-L.T.C., 1999.
TANENBAUM Andrew S. Livro redes de computadores. Ed. Campus, 2005.
Suporte Técnico, Microsoft. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/help/925876/remote-desktop-connection-terminal-services-client-6-0>>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.
SHOTTS, William E. The Linux command line: a complete introduction. Willian Pollock, 2012.
Suporte Técnico, Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome/answer/157179?hl=pt-BR>>.
Suporte Técnico, Microsoft. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/hub/4522743?%3Focid=EdgeHelp-SMCEdgeHub>.
Suporte Técnico, Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/como-configurar-o-sync-no-meu-computador>>.
Suporte Técnico, Microsoft Office. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-br/article/adicionar-notas-de-rodap%C3%A9-notas-de-fim-bff71b0c-3ec5-4c37-abc1-7c8e7d6f2d78>>.
Suporte Técnico, Microsoft Office. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-br/article/vis%C3%A3o-geral-de-f%C3%B3rmulas-no-excel-ecfcd708-9162-49e8-b993-c311f47ca173>>.
Suporte Técnico, Libre Office Calc. Disponível em: <https://help.libreoffice.org/Calc/Mathematical_Functions/pt-BR>.
Suporte Técnico, Libre Office Writer. Disponível em: <https://help.libreoffice.org/4.1/Writer/Shortcut_Keys_for_Writer/pt-BR>.
Suporte Técnico, Microsoft Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/help/4026516/windows-use-remote-assistance-to-let-someone-fix-your-pc>>.
Suporte Técnico, Thunderbird. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/atalhos-de-teclado-do-thunderbird>>.
NORTON, Peter. Introdução à Informática. São Paulo. Editora Makron Books.
Suporte Técnico, Microsoft Windows. Disponível em: < <https://docs.microsoft.com/pt-br/windows-server/administration/windows-commands/attrib>>.

CARGO 209: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Conhecimentos Específicos: 1. Lógica de Programação. 2. Fundamentos de Tecnologia da Informação. 3. Fundamentos de Web Design. 4. Informática Aplicada. 5. Programação WEB. 6. Desenvolvimento de Sistemas. 7. Interface Homem-computador. 8. Modelagem de Sistemas. 9. Desenvolvimento de Sistemas para Dispositivos Móveis. 10. Banco de Dados. 11. Testes de Sistemas

Referências Bibliográficas:

ALVES, William Pereira. Projeto de sistemas Web: Conceitos, Estruturas, Criação de Banco de Dados e Ferramentas de Desenvolvimento. São Paulo: Érica, 2015.
ELMASRI, Ramez e NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. Pearson Addison Wesley. 6ª Edição, 2011. Versão em português.
FILHO, Paula; PÁDUA, Wilson de. Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
MANZANO, José Augusto N. G. Algoritmos: Lógica para programação de computadores. 28 ed. São Paulo: Érica, 2016.
OLIVEIRA, Diego Bittencourt ET.AL. Desenvolvimento para dispositivos móveis: volume 1 recurso eletrônico. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R.. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8 ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. 940.
SORDI, José Osvaldo de. Administração da Informação. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
O QUE É UM SCRUM?. Disponível em: <https://www.scrum.org/resources/what-is-scrum>. Acesso em fevereiro de 2020.

CARGO 210: TÉCNICO OPERADOR DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Conhecimentos Específicos: 1. Iluminação para Produção Audiovisual: tipos de refletores, funções e acessórios; tipos de fontes de luz; temperatura de cor e intensidade; balanço de branco, luz direta ou indireta; contraluz; filtros de correção de cor; atenuação e efeitos de luz, regras de iluminação; Mesa de iluminação convencionais e digitais 2. Sistemas de Áudio – Fundamentos de som: propriedades físicas, equalização, som mono e estéreo; Operação de equipamentos de gravação e reprodução de áudio analógico

e digital e seus padrões de interconexão (cabearamento e conexões); digitalização de áudio analógico em diversos formatos de armazenamento (MIDI, WAV, MP3 etc.); captação de áudio: intensidade, tom, timbre e decibel; mídias utilizadas para gravação de áudio; frequência, reverberação e eco; mixagem de áudio; gravação de som direto; som ambiente e ruído; tipos de microfones e suas funções; alto falantes e caixas acústicas: tipos, aplicações, conexões, associação série e paralela, impedância, potência, operação e manutenção básica, divisores passivos, cabos de áudio, plugs e conectores para uso em áudio e vídeo, cabos balanceados e não balanceados, conectores RCA, BNC, P2, P10, XLR, conectores para caixas acústicas; 3. Noções de utilização de software de edição para produção audiovisual; gerenciamento de arquivos, backup e gravação nas diversas mídias digitais; 4. Noções de Eletroeletrônica: Conceito e medição de tensão, corrente, resistência e potência elétrica; teste de componentes e equipamentos: impedância, circuito aberto e curto-circuito; circuitos série e paralelo; queda de tensão em cabos/condutores de alimentação; funcionamento básico do transformador monofásico; proteção de equipamentos elétricos: isolamento, fusíveis e disjuntores; bitolas de fios elétricos; aterramento elétrico da rede e de equipamentos de áudio, vídeo e dados.

Referências Bibliográficas:

ASSIS, Rodrigo Costa. *Design da iluminação: iluminação cênica de um espetáculo teatral*. 1ª edição, Goiânia: Gráfica e editora América, 2016.

JACKMAN, John. *Lighting for Digital Video and Television*. 3rd Edition. Focal Press, 2010.

MOURA, Edgar. *50 anos luz, câmera e ação*. Senac SP; Edição: 4ª São Paulo: 2000.

GODOY, JOÃO. *Método de trabalho do som direto - manual para captação de som direto em produções audiovisuais*. Salto, 2014.

IZHAKI, Roey. *Mixing AudioConcepts, Practices and Tools*. USA, Elsevier, 2008.

RATTON, Miguel. *Dicionário de áudio e tecnologia musical*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Música & Tecnologia Ltda, 2004.

RATTON, Miguel. *Fundamentos de áudio*. 2ª edição. Curitiba: Music Center, 2007.

ROBERTS-BRESLIN, Jan. *Produção de imagem e som*. 2ª edição. Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.

VALLE, Sólton do. *Manual prático de acústica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Música e Tecnologia, 2009.

VALLE, Sólton do. *Microfones*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Música e tecnologia, 2002.

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 401: ADVOGADO DO CREAS/SUAS

Conhecimentos Específicos: 1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). 2. Constituição Federal de 1988 (Da Ordem Social -Assistência Social). 3. Política Nacional da Assistência Social. 4. Lei Orgânica da Assistência Social. 5. Avaliação e Monitoramento de Serviços e Programas Sociais. 6. Estatuto da Criança e do Adolescente. 7. Estatuto do Idoso. 8. Lei Maria da Penha. 9. Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. 10. Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. 11. Orientações técnicas -Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS -Brasília –2011. 12. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. 13. Saúde: o SUS-Organização e direitos. 14. Assistência Social: organização e direitos. 15. Previdência Social: organização e direitos. 16. Decreto nº 5.085/2004. 17. Benefício de Prestação Continuada –BPC. 18. SUAS –Sistema Único de Assistência Social. 19. FNAS –Fundo Nacional de Assistência Social. 20. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 21. Norma Operacional Básica da Assistência Social -NOB SUAS/2005. 22. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos -NOB RH/2006. 23. Programa Bolsa Família -Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. 24. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –Lei nº 12.594, de janeiro de 2012. 25. Lei Orgânica do Município. 26 Resolução nº. 109 de 11 de Novembro de 2009, do CNAS –Conselho Nacional de Assistência Social.

Referências Bibliográficas:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº. 109 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, DO CNAS –CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO/RS.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948).

Moraes, Alexandre de. *Direito constitucional / Alexandre de Moraes*. – 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2017.

Lenza, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*/ Pedro Lenza. - 21 . ed. - São Paulo ; Saraiva, 2017. (Coleção esquematizado").

Estatuto da Criança e do Adolescente I coordenador Leonardo de Medeiros Garcia- 10. ed. rev .. atual. e ampl. - Salvador: Juspodivm, 2016.

Lima, Renato Brasileiro de. *Legislação criminal especial comentada: volume único*. – 4. ed. rev .. atual. e ampl. - Salvador: Juspodivm, 2016.

Ramos, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos / André de Carvalho Ramos*. – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CARGO 402: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Conhecimentos Específicos: 1. Introdução à Computação: 1.1. Sistemas de numeração e codificação. 1.2. Aritmética computacional. 1.3. Análise da complexidade de algoritmos: noções básicas. 1.4. Estruturas De Dados. 1.4.1. Representação e manipulação de listas, filas, pilhas, árvores e grafos. 1.4.2. Métodos de busca e de ordenação elementares. 1.5. Subprogramação. 1.6. Passagem de parâmetros. 1.7. Recursividade. 2. Programação Estruturada e orientada a objetos: conceitos. 3. Linguagem orientada a objetos: Java. Arquitetura de aplicações para o ambiente WEB. 4. Relações Inter modulares: acoplamento e coesão. 5. UML: 5.1. Conceitos e fundamentos. 5.2. Diagramas de classes, de casos de uso, de sequência, de atividades, de estados, e de componentes. 6. Gerência de Projetos: 6.1. Estudo de viabilidade técnica e econômica, análise de risco, métricas para estimativas de prazo e custo. 6.2. Pontos por função. 6.3. ITIL e COBIT. 7. Visão conceitual sobre ferramentas case. 8. Engenharia de

Software: 8.1. Modelo de Entidades e Relacionamentos. 8.2. Modelo Relacional Normalizado, primeira, segunda e terceira formas normais. 8.3. Ciclo de vida e desenvolvimento de um software-produto. 8.4. Modelos de desenvolvimento. 8.5. Conceitos de qualidade de software. 8.6. Análise e técnicas de levantamento de requisitos. 8.7. Técnicas e estratégias de validação. 9. Banco De Dados - Conceitos básicos: banco de dados, esquema, tabelas, campos, registros, índices, relacionamentos, transação, triggers, stored procedures, tipos de bancos de dados. 10. Oracle PL/SQL 11g: SQL no PL/SQL: DML em PL/SQL, controle de transações, consultas e subconsultas. 11. Bancos de dados distribuídos. 12. Arquitetura OLAP. 13. Gerência de Configuração e Mudanças: 13.1. Conceitos e fundamentos. 13.2. Controle de Versões. 14. Testes de Software: fundamentos de técnicas e estratégias. 15. Sistemas Operacionais: Windows Server's, Windows 7 e Windows Server 12, Linux. 16. Sistemas de arquivos: 16.1. Diretórios e direitos de acesso, compartilhamento e segurança, integridade. 16.2. Interrupções: conceito de interrupção, tipos e tratamento. 17. Gerenciamento de memória: organização, administração e hierarquia de memória, sistemas monos e multiprogramados, memória virtual. 18. Escalonamento de discos: políticas de otimização, considerações sobre desempenho. 19. Interoperação de sistemas operacionais. 20. Sistemas Distribuídos: Servidor de aplicação. 21. Jboss. 22. Redes de Computadores: Conceitos básicos. 23. Protocolos. 24. Modelo OSI, TCP/IP: camadas, endereçamento IP. 25. Cabeamento: meios de transmissão, tipos. 26. A arquitetura Ethernet. 27. Equipamentos de redes: hubs, switches, roteadores. 28. Segurança de redes. 29. Serviços, Proxy, Firewall, DNS, SMTP, IMAP, VPN, HTTP e FTP. 30. Virtualização

Referências Bibliográficas:

Floyd, Thomas L. *Sistemas digitais [recurso eletrônico] : fundamentos e aplicações / Thomas L. Floyd ; tradução José Lucimar do Nascimento. – Dados eletrônicos. – 9. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2007*

Marcos Laureano. *Estrutura de Dados com Algoritmos e C. Brasport, 2008.*

Algoritmos / Thomas H. Cormen... [et al.] ; [tradução Arlete Simille Marques]. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. II Kingsley Sage; School of Engineering and Informatics. University of Sussex Falmer, East Sussex, UK. Springer. 2019.

Bhuvan Unhelkar. *Software Engineering with UML. Taylor & Francis Group, LLC. 2018.*

Richard Blum, Christine Bresnahan. *Linux Command Line and Shell Scripting Bible. Willey. 2015.*

Artero, Marcio Aparecido. *Gestão de projetos de software. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.*

Carlos A. Heuser, *Banco de Dados. Editora Sagra. Porto Alegre. 1998.*

Michael McLaughlin. *Oracle Database 11g PL/SQL Programming. Oracle Press, 2008.*

Tanenbaum, Andrew S; Herbert Bos. *Sistemas operacionais modernos / Andrew S. Tanenbaum, tradução Jorge Ritter; revisão técnica Raphael Y. de Camargo. – 4. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016*

Sommerville, Ian. *Engenharia de Software / Ian Sommerville; tradução Ivan Bosnic e Kalinka G. de O. Gonçalves; revisão técnica Kechi Hirma. — 9. ed. — São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.*

Artero, Marcio Aparecido. *Gestão de projetos de software. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.*

Sommerville, Ian. *Engenharia de Software / Ian Sommerville; tradução Ivan Bosnic e Kalinka G. de O. Gonçalves; revisão técnica Kechi Hirma. — 9. ed. — São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.*

Andrew S. Tanenbaum . *Redes de computadores. 4ª. Edição. 2004.*

Kurose et al. *Redes de computadores e a internet. Willey, 2003.*

OSI Reference Model—The ISO Model of Architecture for Open Systems Interconnection, Hubert Zimmermann, *IEEE Transactions on Communications*, vol. 28, no. 4, April 1980, pp. 425 – 432. (PDF-Datei; 776 kB)

CARGO 403: ANALISTA DE SUPORTE

Conhecimentos Específicos: 1. Conhecimento nas atividades de prospecção, planejamento, implantação, suporte, supervisão e monitoração dos serviços. 2. Serviços WEB (JAVA, HTML, PHP), ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS: Família Windows Server, LINUX (Distro CentOS e RedHat); virtualização (Hyper-V) e Vmware, Linguagens de Script (Shell, BAT, VBS, PowerShell); Cluster (alta disponibilidade e desempenho). 3. Segurança da Informação: Conceitos de integridade, autenticidade, confidencialidade (sigilo) e disponibilidade da informação; Antivírus, AntiSpam e Sistemas de detecção de intrusão; Segurança de serviços, aplicações e sistemas operacionais; Criptografia, Certificado digital e Assinatura digital; Normas, políticas, e procedimentos de segurança; Controle de acesso (físico e lógico), Auditoria e Segurança de rede; Conceitos gerais de gestão e boas práticas de segurança da informação (Normas ISO 27001 e ISO 27002). 4. Arquitetura de Computador: Representações de dados numéricos, Aritmética binária, Álgebra booleana, Componentes da UCP, Modos de endereçamento, Processadores CISC (arquitetura x86), Estrutura do Sistema Operacional (chamadas ao sistema, modos de acesso, processos e threads), Gerenciamento de processador (políticas de escalonamento), Gerenciamento de memória (swapping e memória virtual), Gerenciamento de Dispositivos (subsistema de Entrada/Saída), Sistema de arquivos (organização de arquivos e diretórios em disco, gerenciamento de alocação de espaço em disco, proteção de acesso e caches). 5. Armazenamento: Conceitos de armazenamento em discos, conceitos de RAID, NAS (NetworkAttached Storage) e SAN (Storage Area Network). BACKUP: Teoria de backup e Políticas de backup. 6. Servidores de Aplicação: Servidores Web (Apache, IIS, JBOSS, Tomcat), SOA, DNS, Servidores de e-mail, Terminal Server, Proxy Reverso e Active Directory. Monitoração e Administração de Rede (equipamentos e serviços): SNMP, MIB, Syslog;. Banco de Dados: DB2; Linguagem SQL; Oracle 10g e 12C, Oracle RMAN, SQL Server 2012, PostgreSQL 9, MySQL 5; Replicação de Dados. Redes de Computadores: Redes Locais (LAN) - Arquiteturas e topologias: conceitos e modelo OSI; Infraestrutura: Conceitos básicos de cabeamento estruturado; Tipos (UTP e STP) e categorias (5e, 6 e 6a) de cabo de par trançado, tipos de cabo de fibra óptica (multimodo e monomodo); Padrões: IEEE 802.1w, IEEE 802.1Q, IEEE 802.1X, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z, IEEE 802.3ae, IEEE 802.3ad, IEEE 802.3af; Redes sem fio: IEEE 802.11b/g/n; Protocolos: IPv4, TCP, UDP, IPSec, ARP, ICMP, SNMP, SSH, DNS, DHCP, SMTP, HTTP, FTP, LDAP, RADIUS, H.323, RTP, RTCP, SIP, syslog e NTP; NAT e PAT; Roteadores; Computadores (switches); Concentradores (hubs); Conceitos básicos de protocolos de roteamento; VPN; Qualidade de serviço (QoS). Conceitos de Redes MAN E WAN. Conhecimentos Básicos em Gestão de Tecnologia da Informação: Gerência de projetos: PMBOK (6ª Edição); ITIL V3. COBIT 5. Análise e gestão de Negócios: BPM e BPMN.

Referências Bibliográficas:

PMI, **GUIA PMBOK**. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Pennsylvania: Project Management Institute, 6. Ed., 2017.

ClydeBank Technology. **ITIL for beginners: The complete beginner's guide to ITIL**. Albany, NY(EUA): ClydeBank Technology (2nd Ed.), 2017.

ISACA. **COBIT 5: Enabling Information**. ISACA, 2013.

SILBERSCHATZ, Abraham; SUNDARSHAN, S.; KORTH, Henry F. **Sistema de banco de dados**. Elsevier Brasil, 2016.
DATE, Christopher J. **Introdução a sistemas de bancos de dados**. Elsevier Brasil, 2004.
TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. **Redes de computadores**. São Paulo: Pearson Prentice Hall (5ª edição), 2011.
MAURO, Douglas; SCHMIDT, Kevin. **Essential SNMP: Help for System and Network Administrators**. "O'Reilly Media, Inc.", 2005.
TANENBAUM, Andrew S.; ZUCCHI, Wagner Luiz. **Organização estruturada de computadores**. Pearson Prentice Hall, 2007.
Tanenbaum, Andrew S. **Sistemas operacionais modernos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil (4ª edição), 2016.
Silberschatz, Abraham. **Fundamentos de sistemas operacionais**. Rio de Janeiro: LTC (9ª edição), 2015.

CARGO 404: ARQUITETO

Conhecimentos Específicos: 1. Métodos e técnicas de desenho e projeto arquitetônico; 2. Projeto Básico e Projeto Executivo; 3. Linguagem e representação do projeto arquitetônico; 4. Conforto ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso); 5. Projetos complementares: especificação de materiais e serviços e dimensionamento básico; 6. Compatibilização de projetos; 7. Coberturas e impermeabilização; 8. Levantamento de quantitativos; 9. Materiais de construção civil; 10. Industrialização e racionalização das construções; 11. Planejamento e controle físico-financeiro; 12. Regulamentação do Corpo de Bombeiros; 13. Acessibilidade - NBR-9050/2015; 14. Noções de Ergonomia; 15. Métodos e técnicas de desenho e projeto urbano; 16. Noções de sistema cartográfico e de geoprocessamento; 17. Gestão urbana e instrumentos de gestão (planos diretores, análise de impactos ambientais urbanos); 18. Planejamento Urbano e Legislação Urbanística; 19. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001; 20. Noções de avaliação de imóveis urbanos; 21. Noções de Licenciamento ambiental; 22. Topografia; 23. Perícia técnica: Exame, vistoria e avaliação; 24. Conhecimento de AutoCAD.

Referências Bibliográficas:

ABNT NBR 6492/1994 – Representação de Projetos de Arquitetura.
ABNT NBR 13532/1995 – Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura.
ABNT NBR 13532/1995 – Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura.
LAMBERTS, R. et al. Eficiência energética na Arquitetura. PROCEL/UFSC. São Paulo, Editora: ELETROBRAS/PROCEL. 2014.
BITTENCOURT, L.; *Uso das cartas solares: diretrizes para arquitetos*. 4ª Edição, EDUFAL, Maceió. 2004.
CHING, Francis D.K. *Introdução à arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2014.
MATTOS, Aldo Dórea. *Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudos de casos, exemplos*. São Paulo, Editora PINI, 2006.
CHING, Francis D.K. *Introdução à arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2014.
XAVIER, Ivan. *Apostila do curso – orçamento, planejamento e custos de obra: visa oferecer aos profissionais iniciantes na área de construção civil, experiências para execução de orçamento de materiais de construção e mão de obra, planejamento de obra e levantamento de custos*. FUPAM – Fundação para a Pesquisa Ambiental. 2008.
ABNT NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios.
ABNT NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
PANERO, J & ZELNIK M. *Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos*. México: GG, 2002.
DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo, Editora PINI, 1990.
Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979- Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
Lei nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade.
ABNT NBR 14653-1/2001 – Avaliação de Bens (Parte 1: Procedimentos Gerais).
ABNT NBR 14653-2/2004 – Avaliação de Bens (Parte 2: Imóveis Urbanos).
RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
RESOLUÇÃO CONAMA no 9, de 3 de dezembro de 1987 Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.
Resolução CONAMA 006/1986. Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. BORGES, Alberto de Campos. Topografia: Aplicada à Engenharia Civil (Volume 1). Editora: Blucher; Edição: 3ª. 2013
AUTO CAD. Disponível em: <https://www.frazillioferroni.com.br/autocad-2020-novidades/>
ANDRADE, Andrea Faria. *Introdução ao AutoCAD*. Universidade Federal Do Paraná - Setor De Ciências Exatas - Departamento De Expressão Gráfica. Curitiba. 2015
RIBEIRO, Marcellus Serejo. *A Industrialização como Requisito para a Racionalização da Construção* / Rio de Janeiro: UFRJ / PROARQ / FAU, 2002.
RIBEIRO, Marcellus Serejo. *A Industrialização como Requisito para a Racionalização da Construção* / Rio de Janeiro: UFRJ / PROARQ / FAU, 2002.
ABNT NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
PORTARIA Nº 108, DE 12 DE JULHO DE 2019
OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2007/12/10/taxa-de-ocupacao-e-coeficiente-de-aproveitamento/>
CARVALHO, Grazielle Anjos. Geoprocessamento aplicado à Gestão Urbana: Possibilidades e desafios. III Encontro de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas. Campos dos Goytacazes - RJ
ABNT NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios.
SOUSA, Léa Cristina Lucas de. *Bê-a-Bá da acústica arquitetônica: ouvindo a Arquitetura*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012. Constitui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

CARGO 405: ARQUITETO HOSPITALAR

Conhecimentos Específicos: 1. Desenho arquitetônico. 1.1. Sistemas estruturais. 1.2. Estática dos corpos rígidos e elásticos. 1.3.

Estruturas de concreto armado. 1.4. Estruturas de aço e de madeira. 1.5. Conforto ambiental, iluminação e ventilação natural. 1.6. Insolação. 1.7. Luminotécnica, conforto acústico e térmico. 2. Ergonomia. 3. Acessibilidade universal (Norma ABNT 9050). 4. Materiais de construção e elementos construtivos. 5. Projeto Arquitetônico. 5.1. Metodologia de projeto. 5.2. Tipologias de organização espacial. 5.3. Partido arquitetônico e construtivo. 5.4. Implantação e análise do terreno e do entorno. 5.5. Estudo de acessos, fluxos e circulações. 5.6. Instalações elétricas em BT, telefônicas, de lógica e hidrossanitárias (água potável, esgoto e de captação e drenagem de águas pluviais) em/para edificações convencionais. 5.7. Coberturas e impermeabilização. 5.8. Esquadrias. 5.9. Pisos e revestimentos. 6. Informática aplicada à arquitetura e ao urbanismo. Programas de softwares básicos para uso em escritório e AutoCAD. 7. Topografia, cortes, aterros e cálculo de movimentação de terra. 8. Legislação ambiental e urbana. 9. Projetos de interiores para ambientes corporativos e industriais. 10. Paisagismo. 11. Comunicação visual. 12. Instalações de prevenção e combate a incêndio pânico. 13. Orçamentos de obras e serviços de engenharia. 14. Normas brasileiras afins a projetos e obras. 15. Código de obras e licenciamento. 16. Metodologia para análise de projetos de arquitetura e instalações. 17. Manual de Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia Portaria-Sei, nº2 de 07/01/2019. 17. Resolução RDC nº 50 da ANVISA (da Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que regulamenta o planejamento físico e estrutural, bem como a inspeção das edificações hospitalares. 18. NBR 14712 (Referente aos elevadores) e NBR 9077 (que trata, entre outras coisas, das rampas e saídas de emergência). 19. NBR 8196 - Emprego de escalas, NBR 8403 - Aplicação de linhas em desenhos - Tipos de linhas - Larguras das linhas, NBR 10067 - Princípios gerais de representação em desenho técnico, NBR 10068 - Folha de desenho - Leiaute e dimensões, NBR 10126 - Cotagem de desenho técnico, NBR 10582 - Apresentação da folha para desenho, NBR 13142 - Dobramento de cópia. 20. RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011 sobre os Requisitos para Aprovação de Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde.

Referências Bibliográficas:

RESOLUÇÃO - RDC Nº 51, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010

Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.

ABNT NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios

RESOLUÇÃO - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002

Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

NBR 14712/2013 - Elevadores elétricos e hidráulicos — Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca — Requisitos de segurança para construção e instalação.

ABNT NBR 10126/1987 – Cotagem em Desenho Técnico.

Manual de Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia Portaria-Sei, nº2 de 07/01/2019.

ABNT NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

PANERO, J & ZELNIK M. *Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos*. México: GG, 2002.

AUTOCAD. Disponível em <https://www.autodesk.com.br/products/autocad/features>, acessado em Janeiro de 2020

ABNT NBR 10152: 2017 - Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações

ANALYSIS – SOL-AR. Programa que confeccionar cartas solares para qualquer latitude e rosa-dos-ventos para as cidades que possuem arquivo climático horário. Laboratório de Eficiência Energética em Edificações, Universidade Federal de Santa Catarina, disponível em <http://www.labeee.ufsc.br/downloads/softwares/analysis-sol-ar>.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE**. 1ª Edição. Brasília, 2014.

Especificação de Materiais de Revestimentos em Hospitais Universitários - 1ª Edição – Produzido pelo Serviço de Apoio à MANUTENÇÃO PREDIAL E OBRAS – Brasília: EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2018. 103 p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

ABNT NBR 8196 - Emprego de escalas.

ABNT NBR 10068 - Folha de desenho - Leiaute e dimensões.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Procedimentos de Análise Técnica De Obras. 2007 Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvsm/publicacoes/manual_analise_obras_final.pdf, acessado em Janeiro de 2020

Cálculo de empolamento e contração do solo. Construplena 2012. Disponível em <http://www.construplena.com.br/noticia.php?id=16>, acessado em janeiro de 2020.

RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004- **Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.**

BASTOS, Paulo Sérgio dos Antos. FUNDAMENTOS DO CONCRETO ARMADO. UNESP. Bauru/SP. Agosto/2006. Disponível em <http://coral.ufsm.br/decc/ECC1006/Downloads/FUNDAMENTOS.pdf>, acessado em janeiro de 2020.

Pólvora, Valdice Neves. Estrutura e arquitetura hospitalar. São Paulo: Editora Sol, 2015.

Lira Filho, José Augusto de. Paisagismo: elementos de composição e estética. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002

Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Plataforma: *Projeteee* – Projetando Edificações Energeticamente Eficientes. Disponível em <http://projeteee.mma.gov.br/>.

AUTOCAD. Disponível em <https://www.autodesk.com.br/products/autocad/compare-releases>.

CARGO 406: ASSISTENTE SOCIAL

Conhecimentos Específicos: 1. Mobilização comunitária: grupos, pertencimento; 2. Trabalho social com famílias: metodologias para aumentar a capacidade protetiva das famílias; 3. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; 4. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Regulamentação do exercício profissional –Lei 8662/1993 e suas alterações; 5. Instrumentos técnicos: pesquisa social, parecer social, recursos materiais; 6. Pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social; 7. Os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social do Brasil; 8. O significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas; 9. Os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio-ocupacionais; 10. Proposta de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas,

projetos e atividades de trabalho; Instrumentalidade do Serviço Social: abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, trabalho em redes, elaboração de estudos sociais, laudos e pareceres; 11. Territorialização: entre territórios de vida e territórios vividos; 12. Estado, regulação social e controle democrático; 13. A Crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho; 14. Política social: fundamentos e história; 15. Assistência social no Brasil; 16. Política Social no Capitalismo; 17. Esfera pública e conselhos de assistência social; 18. Estado, regulação social e controle democrático; Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Princípios, Diretrizes e Objetivos. 19. Noções de violência doméstica contra criança e adolescente (VDCCA), contra a pessoa idosa e pessoa com deficiência e violência de gênero.

Referências Bibliográficas:

- SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.
- YAZBEK, Maria Carmelita; *et al.* O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento, p. 167-232. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S; RAICHELIS, R. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 13/02/2020.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. D.O.U. de 8.7.1993.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. D.O.U. de 8.7.1993.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. D.O.U. de 8.7.1993.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. São Paulo: Cortez, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1. 1ª ed. Brasília, 2012.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Vol. 1. 2ª ed. Brasília, 2012a.
- GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. Emancipação, Ponta Grossa, 12(1): 131-141, 2012. Disponível em: <<https://www.cairu.br/arquivos/biblioteca/Desenvolvimento%20de%20comunidade%20e%20serviço%20social.pdf>>. Acesso em 14/01/2020.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em 13/02/2020
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BAPTISTA, MYRIAN VERAS. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. Veras Editora. São Paulo: Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/altineia.neves/planejamento-e-gestao-em-servico-social/baptista-myrian-veras-planejamento-social-a-razionalidade-do-planejamento/view>>. Acesso em 17/01/2020.
- GERBER, L.M.L. Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos. 2011. <<https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/2011/Texto-Oficina-de-Servico-Social-Elaboracao-de-Estudios-e-Parecer-Social.pdf>>. Acesso em 17/01/2020
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. D.O.U. de 8.7.1993.
- FÁVERO, E.T.; MELÃO, M.J.R; JORGE, M.R.T. (orgs). O Serviço Social e a psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S; RAICHELIS, R. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DOU de 8.12.1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em 13/02/2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. D.O.U. de 5.10.1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13/02/2020.
- KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Disque 100. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100-1>>. Acesso em 13/02/2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Criança e adolescente: Disque 100 - Disque Direitos Humanos - Disque Denúncia Nacional. Disponível em: <www.crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>. Acesso em 13/02/2020.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. O que é um Observatório Social do Brasil (OSB)? Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>>. Acesso em: 14/01/2020.
- TEIXEIRA, S.O. NEVES, D. Trabalho e assistência Social no capitalismo dependente: uma análise marxista das chamadas políticas "ativas de mercado de trabalho", p. 133-163. In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R.L. (Orgs.) Marxismo, política social e direitos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, Marta Borba. Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DOU de 8.12.1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em 13/02/2020.

BEHRING, E.R. Política social no capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. DOU de 8.12.1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em 13/02/2020.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. Que controle social na Política de Assistência Social? In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 72 – SP: Cortez, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. DOU de 7.7.2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>. Acesso em 11/01/2020

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). DOU de 5.4.2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em 13.02.2020

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. DOU de 3.10.2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 13/01/2020.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Orientações para notificação e atendimento. atualização em 19 de Julho de 2019. Disponível em: <www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-de-violencias/orientacoes-para-notificacao-e-atendimento>. Acesso em 13/01/2020

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU de 7.7.2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 13/02/2020

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. DOU de 8.8.2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 13/02/2020.

LIMA, R.L. A questão das relações sociais de gênero em Marx e Engels: contribuições do pensamento marxista para entender a opressão das mulheres. In BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R.L. (Orgs.) Marxismo, política social e direitos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIA. Desalentado, desocupado ou subocupado? Entenda esses termos! 20/12/2019. Disponível em: <<https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2019/12/20/1167251/desalentado-desocupado-subocupado-entenda-termos.html>>. Acesso em 13/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Desesperança faz trabalhador desistir de procurar emprego. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/desperanca-faz-trabalhador-desistir-de-procurar-emprego.shtml>>. Acesso em 13/02/2020

VALOR. IBGE: Desalentados, sem carteira e conta própria são recordes em julho. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/08/30/ibge-desalentados-sem-carteira-e-conta-propria-sao-recordes-em-julho.ghtml>>. Acesso em 13/02/2020.

ESTADÃO. Taxa de desemprego fica em 11,8% e Brasil tem 12,5 milhões de desocupados, aponta IBGE. 31.10.2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-fica-em-11-8-e-brasil-tem-12-5-milhoes-de-desocupados-aponta-ibge,70003070987>>. Acesso em 13/02/2020

CARGO 407: AUDIODESCRITOR PARA EVENTOS CULTURAIS

Conhecimentos Específicos: 1. A quem se destina e o que é audiodescrição; 2. a importância da audiodescrição em diferentes conteúdos midiáticos e na educação; 3. História da audiodescrição e Legislação; 4. Como é feita a audiodescrição e o que é descrito; 5. As diferentes formas de audiodescrição, conceitos de percepção e diretrizes da AD; 6. Audiodescrição ao vivo e pré-gravada; 7. Descrição de figuras, fotografias e elementos estáticos; 8. Diretrizes gerais da audiodescrição e Diretrizes para audiodescrição em Contextos Culturais: museus, teatro, dança e ópera, filmes e vídeos; 8. Como elaborar um roteiro escrito de audiodescrição; 9. Preparação de roteiro de audiodescrição de filme, peça publicitária ou curta metragem; 10. Gravação e edição de vídeo com audiodescrição; 11. Importância da revisão de AD feita por uma pessoa com deficiência visual; 12. Publicação do conteúdo audiodescrito.

Referências bibliográficas:

ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Vervanne Couto. *Audiodescrição simultânea: propostas metodológicas e práticas. Trab. linguist. apl.* [online]. 2017, vol.56, n.2.

NAVES, Sílvia Bahiense; MAUCH Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAUJO, Vera Lucia Santiago. *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Ministério da Cultura. Secretaria do audiovisual. Brasil. 2016.

LIMA, F. J., GUEDES, L. C. e GUEDES, M. *Audiodescrição – Orientações para uma prática sem barreiras atitudinais*. Revista Brasileira de Tradução Visual, Vol 2. 2010. Disponível em: <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/issue/view/3>

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. In: MOTTA, L. M. V.; ROMEU FILHO, P. (orgs.): Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, L. M. V. A Audiodescrição vai à Ópera. In: MOTTA, L. M. V.; ROMEU FILHO, P. (orgs.) Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, L. M. V. A. A audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo. Campinas, SP: Pontes Editora. 2016.

CARGO 408: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

Conhecimentos Específicos: MATEMÁTICA FINANCEIRA. 1. Juros simples e compostos. Equivalência de Capitais. 2. Séries financeiras (anuidades): cálculo do principal, da prestação, da taxa de juros, do montante e do prazo (periódicas e não-periódicas; temporárias; com pagamentos constantes ou variáveis; imediatas e diferidas; postecipadas e antecipadas). 3. Sistemas de

amortização: cálculo da prestação, do saldo devedor, da amortização, dos juros e do prazo (sistema de amortização francês – price, sistema de amortização constante - sac, sistema de amortização misto ou crescente – sacre). 4. Inflação e atualização monetária: índices de preços; atualização de valores; taxa de inflação; taxas de juros aparentes e reais. **CONTABILIDADE**. 5. Princípios fundamentais de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 6. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio. 7. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 8. Conta: conceito, débito, crédito e saldo. Teorias, função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados. Sistema de contas, plano de contas. 9. Lançamentos: conceito, finalidade, métodos, fórmulas, elementos essenciais, erros e suas correções, mecanismo de débito e crédito. 10. Escrituração: conceitos e finalidade; processos de escrituração. 11. Livros contábeis obrigatórios e facultativos: finalidade; classificação; formalidades e aspectos legais. 12. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração. 13. Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos. 14. Elaboração. Classificação das contas; critérios de avaliação do Ativo e do Passivo; 15. Levantamento do balanço de acordo com a lei 6.404/76 e suas alterações. 16. Demonstração do Resultado do Exercício: estrutura, características e elaboração de acordo com a lei das sociedades por ações. 17. Duplicatas descontadas, aplicações financeiras, variações monetárias, receitas e despesas financeiras, despesas antecipadas, receitas antecipadas, empréstimos e financiamentos: apropriação, principal, juros transcorridos e a transcorrer, passivo atuarial, depósitos judiciais, elaboração e contabilização; operações com mercadorias, arrendamento mercantil. **DIREITO CONSTITUCIONAL**. 18. Constituição. Conceito. Classificação. Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais. 19. Poder Constituinte. Conceito, Finalidade, Titularidade e Espécies. Reforma da Constituição. Cláusulas Pétreas. 20. Supremacia da Constituição. Controle de Constitucionalidade. Sistemas de Controle de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 21. Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira. 22. Organização dos Poderes do Estado. Conceito de Poder: Separação, Independência e Harmonia. 23. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais, Coletivos, Sociais, Políticos e Nacionalidade. Tutela Constitucional das Liberdades: Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Popular, Mandado de Injunção e Direito de Petição. Ação Civil Pública. 24. Administração Pública: Princípios Constitucionais. **DIREITO ADMINISTRATIVO**. 25. Conceito e fontes do Direito Administrativo. 26. Regime jurídico administrativo. 27. A Administração Pública: Conceito. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e Descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. 28. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. 29. Atos Administrativos: fatos da Administração Pública, atos da Administração Pública e fatos administrativos. Conceito, formação, elementos, atributos e classificação. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria dos motivos determinantes. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 30. Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. 31. Responsabilidade civil do Estado. Ação de Indenização. Ação Regressiva. 32. Constituição Federal: Título III, Capítulo VII – Da Administração Pública. **DIREITO CIVIL**. 33. Lei de Introdução as normas do direito brasileiro. vigência e revogação da norma, conflito de normas no tempo e no espaço, preenchimento de lacuna jurídica. 34. Sujeitos do Direito: pessoas naturais, pessoas jurídicas; personalidade; capacidade das pessoas naturais e das pessoas jurídicas; domicílio, residência. 35. Objeto do Direito: bens. Divisão e espécie de bens. Fatos jurídicos. Atos ilícitos, exclusão da ilicitude, abuso do direito. 36. Atos jurídicos. Negócios jurídicos. Validade e defeitos. Nulidade. Prescrição e decadência: conceito; termo legal e presuntivo. Direitos reais e obrigacionais: conceito; natureza; distinção. Obrigações PROPTER REM; obrigações com eficácia real. Propriedade: conceito; noções gerais; aquisição, perda; restrições ao direito de propriedade; condomínio. 37. Posse: conceito; classificação; aquisição; perda; efeitos da posse; posse e detenção. Direitos reais sobre a coisa alheia: conceito, enfiteuse, servidões, usufruto, penhor, hipoteca e propriedade fiduciária. Obrigações: direitos reais, direitos pessoais; obrigações de dar, de fazer, de não fazer; obrigações decorrentes de atos ilícitos; solidariedade, indivisibilidade, inexecução. 38. Contratos: conceito, classificação; formação; efeitos; revisão; extinção; contrato, pré-contrato e negociações preliminares; compra e venda; compra e venda com reserva de domínio; promessa de compra e venda de bens imóveis; doação; mandato, fiança e aval; depósito; mútuo, comodato; sociedade; parceria rural; transporte. 39. Casamento: regime de bens; dissolução da sociedade conjugal. Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária; herdeiros legítimos, necessários; direito de representação. Herança: noções; aceitação; desistência; exclusão. **DIREITO TRIBUTÁRIO**. 40. Tributo: conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas). 41. Normas gerais de direito tributário: legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. 42. Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 43. Responsabilidade tributária: conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações. 44. Crédito tributário: conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário. 45. Administração tributária: características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. 46. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar federal 123/2006); limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas); tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário); tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública). **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**. 47. Lei complementar municipal 1031/2003 e suas alterações posteriores. 48. Decreto municipal 1751/2004 e suas alterações posteriores.

Referências Bibliográficas:

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm.

Brasil. LEI nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

Brasil. LEI nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

Brasil. LEI nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras

providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm.

Brasil. LEI nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm.

LEI nº 1031, de 24/12/2003. Código Tributário de Novo Hamburgo-RS. Consolida a Legislação Tributária Municipal Instituído O Código Tributário Do Município Consolidado e Dá Outras Providências. <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-novo-hamburgo-rs>.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>.

Normas Brasileiras de Contabilidade. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>.

Marion, José Carlos. Contabilidade Básica 10ª Edição. Editora Atlas, 2009.

Maria Sylvania Zanella Di Pietro. José dos Santos Carvalho Filho. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Teixeira, Paulo Jorge Magalhães: Livros - Problemas Básicos de Matemática Financeira. Coleção ECM. Edição 1ª, 2016.

CARGO 409: BIBLIOTECÁRIO DE ESCOLA

Conhecimentos Específicos: 1. Biblioteca escolar: historicidade e funções; 2. A biblioteca escolar e o multiletramento na educação; 3. Legislação brasileira em biblioteca escolar e a implementação da Lei 12.244/2010; 4. Políticas públicas e biblioteca escolar; 5. Desenvolvimento e Formação de Acervos em biblioteca escolar: Conceitos; Seleção; Aquisição; Avaliação de acervos; Descarte e desbaste; 6. O bibliotecário escolar como mediador de leitura; 7. Parâmetros para bibliotecas escolares; 8. O processo de busca e uso da informação na biblioteca escolar e a orientação da pesquisa escolar; 9. Colaboração do bibliotecário com a equipe pedagógica; 10. O papel do bibliotecário no desenvolvimento de competência informacional; 11. Fontes digitais na coleção da biblioteca escolar; 12. Estudos de usuários e usos de biblioteca escolar; 13. Fundamentos de Documentação, Ciência da Informação e Biblioteconomia: Conceitos e princípios; 14. Catalogação: Conceitos; Funções, finalidades e objetivos; Tipos de catálogos; Notação de autor; Pontos de acesso; Programas de catalogação centralizada, cooperativa, na fonte e automatizada; Padrões e normas de catalogação: ISBD, ISBN, ISSN, AACR-2R; Formatos de catalogação: MARC 21, FRBR, RDA; 15. Classificação: Classificação Decimal Universal; Classificação Decimal de Dewey; 16. Indexação: Princípios e técnicas; Análise documentária; Linguagens de indexação: natural, controlada e artificial; Sistemas de indexação pré-coordenada e pós-coordenada; 17. Disseminação seletiva da informação: Conceito; Serviços convencionais e eletrônicos; Sumários correntes; Bibliografias; Alerta e boletim bibliográfico; 18. Controle bibliográfico: Conceito; Processos; Técnicas de controle; Instrumentos de controle; Agências Bibliográficas Nacionais; 19. Fontes de Informação: Conceitos; Fontes eletrônicas; Fontes convencionais; 20. Serviço de Referência: Conceitos; Processos de referência.

Referências Bibliográficas:

A biblioteca escolar e o multiletramento na educação básica: contribuições para o desenvolvimento da competência informacional infantil. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6ea6/e9aff4be77a268d9a1211b3f28e439d7889.pdf>.

ALMEIDA, B., CARVALHO, P. As centenárias e históricas escolas de São Paulo. Revista SIOEST, São Paulo, v.22, n.187, p. 44-54, nov, 1996.

Base de Dados em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br>

Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Classificação Decimal Universal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o_decimal_universal.

Controle bibliográfico universal – CBU. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/prof/sueli/cbd201/controle.htm>

Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_d55acad50a_0018786.pdf.

Do formato MARC para uma nova fórmula de formato bibliográfico, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002731758.pdf>.

ISSN. Disponível: <https://revista.acbsc.org.br/racb>.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm.

MACHADO, Ana Maria. Menina bonita do laço de fita. São Paulo: Ática, 2011.

Manual de indexação com vocabulário controlado da USP: versão preliminar, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2184590/mod_resource/content/1/Vocabulario.pdf.

Manual para elaboração de resumo. Disponível em: <http://www.faj.br/wp-content/uploads/2016/10/Manual-para-Apresentacao-de-Resumo.pdf>.

MOEN, W. ANSI/NISO. Z39.50 Protocol: Information retrieval in the information infrastructure, 1997.

REVISTA BIBLIOTECA ESCOLAR. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2013.

REVISTA INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: Estudos, v. 21, n.2, 2011.

Tabela Cutter. Disponível em: <http://conteudo.icmc.usp.br/Portal/Sistemas/Biblioteca/cutter/>

CARGO 410: BIBLIOTECÁRIO I

Conhecimentos Específicos: 1. Fundamentos de Documentação, Ciência da Informação e Biblioteconomia: Conceitos e princípios; Bibliotecas: tipos. 2. Catalogação: Conceitos; Funções, finalidades e objetivos; Tipos de catálogos; Notação de autor; Pontos de acesso; Programas de catalogação centralizada, cooperativa, na fonte e automatizada; Padrões e normas de catalogação: ISBD, ISBN, ISSN, AACR-2R; Formatos de catalogação: MARC 21, FRBR, RDA. 3. Classificação: Classificação Decimal Universal; Classificação Decimal de Dewey. 4. Indexação: Princípios e técnicas; Análise documentária; Linguagens de indexação: natural, controlada e artificial; Sistemas de indexação pré-coordenada e pós-coordenada. 5. Disseminação seletiva da informação: Conceito; Serviços convencionais e eletrônicos; Sumários correntes; Bibliografias; Alerta e boletim bibliográfico. 6. Controle bibliográfico: Conceito; Processos; Técnicas de controle; Instrumentos de controle; Agências Bibliográficas Nacionais. 7. Fontes de Informação: Conceitos; Fontes eletrônicas; Fontes convencionais. 8. Serviço de Referência: Conceitos; Processos de referência. 9. Desenvolvimento de Acervos: Conceitos; Seleção; Aquisição; Avaliação de acervos; Descarte e desbaste. 10. Organização e administração de unidades de informação: Princípios; Estrutura e organização de funções; Tipos de planejamentos; Princípios de planejamento; Políticas de funcionamento de unidades, redes e sistemas de informação; Manuais de serviços e procedimentos; Marketing para unidades de informação; Avaliação de unidades de informação. 11. Automação de Unidades de

Informação: Tipos de automação; Projetos de automação; Infraestrutura para automação; Fatores críticos para automação; Softwares para automação; Avaliação do projeto de automação. 12. Usos e usuários da informação: Terminologias; Aspectos metodológicos de estudos de usuários. 13. Pesquisa em Biblioteconomia: Etapas da pesquisa técnico-científica. 14. Estudos métricos: Estudos cientométricos; Estudos bibliométricos; Estudos infométricos. 15. Normalização documentária: ABNT 6023/2018.; ABNT 6028/2003; ABNT 10520/2002. 16. Biblioteca escolar, Biblioteca Pública.

Referências Bibliográficas:

ABNT NBR 6023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>

ALMEIDA, R.L. Disseminação seletiva de informação no contexto dos serviços de bibliotecas digitais. Universidade de Brasília, 2010.

Biblioteca especializada. Disponível em: <http://bibliotecashoje.blogspot.com/2008/01/biblioteca-especializada.html>.

Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>

Classificação Decimal Universal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o_decimal_universal.

Como montar uma hemeroteca. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/opovonaeducacao/2011/04/02/noticiasopovonaeducacao.2119218/como-montar-uma-hemeroteca.shtml>.

CUNHA, M. B. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

Disseminação da informação na biblioteca central da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1396/1397>.

IBICT. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/246/246>.

INCID. Ciência da Informação e Documentação. Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010.

Manual de indexação com vocabulário controlado da USP: versão preliminar, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2184590/mod_resource/content/1/Vocabulario.pdf

Manual de procedimentos técnicos de catalogação: sistema integrado de bibliotecas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Goiás. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/132/Manual_procedimentos%20tecnicos_catalogacao_SIB_IFG_2018.pdf

Metadados em arquivo de imagens, como usá-lo e por quê. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0040/3390/metadados-em-arquivos-de-imagens-brunobuys-fisl12.pdf>

Política de desenvolvimento de coleções – PDC da biblioteca universitária da UDESC. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_32296200_1476384077.pdf

Primeira biblioteca comunitária indígena inaugurada em Paraty. Disponível em: <https://www.jb.com.br/cadernob/ideias/2019/11/1019604-primeira-biblioteca-comunitaria-indigena-e-inaugurada-em-paraty.html>

Representação temática III: classificação decimal de Dewey. Disponível em: http://www.biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/2_4CDD_T3.pdf

Supervisão Central de Bibliotecas: manual básico de rotinas – Cáceres [MT]: PROEG/Unemat, 2016. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/BIBLIOTECAS/manual-de-rotinas-biblioteca.pdf>

Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/26695>

Usos e usuários da informação. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usos-e-usuc3a1rios-da-informac3a7c3a3o.pdf>

ZIMMER B., Marion. As brumas de Avalon. São Paulo: Saraiva, 1979.

CARGO 411: BIÓLOGO

Conhecimentos Específicos: 1. Planejamento ambiental. 2. Avaliação de Impacto Ambiental. 3. Monitoramento Ambiental. 4. Indicadores Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável. 5. Política e Gestão Ambiental. 6. Instrumentos da Política Ambiental Nacional. 7. Licenciamento Ambiental. 8. Sistemas de Gestão Ambiental. 9. Saneamento Ambiental. 10. Controle da Poluição Ambiental. 11. Legislação: Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Código Florestal, Lei Federal nº 6.938 de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações); Lei Federal nº 9.433 de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações); Lei Federal nº 9.795 de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental e suas alterações); Resoluções CONAMA nº 1 de 1986. 12. Política Nacional de Recursos Hídricos. 13. Política Nacional do Meio Ambiente. 14. Lei da Mata Atlântica. 15. Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. 16. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 17. Política Nacional de Recursos Hídricos. 18. Política Nacional do Meio Ambiente. 19. Lei da Mata Atlântica. 20. Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. 21. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Resolução do CONAMA nº 1, de 23 de Janeiro de 1986.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de Dezembro de 1997.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Resolução CONAMA nº 001 de 23 de Janeiro de 1983.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Lei nº 6938, de 31 de Agosto de 1981.

BEASIL, Ministério do Meio Ambiente, Lei nº 9433 de 8 DE Janeiro de 1997.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Lei nº 9605, de 12 de Fevereiro de 1998.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Lei nº 9795, de 27 de Abril de 1999.

BRASIL, Lei nº9985, de 18 de Julho de 2000.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html> >

CARGO 412: CONTADOR

Conhecimentos Específicos: 1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Conceito; Campo de Atuação; Objetivos; Abrangência; Regimes Contábeis; Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2. Planejamento e Orçamento Público: Conceito; Instrumentos Básicos de Planejamento; Princípios Orçamentários; Técnicas e etapas do processo de elaboração da proposta orçamentária; Recursos para execução dos programas: Exercício financeiro; Créditos orçamentários; Créditos adicionais. 3. Receitas Públicas: Conceito; Receita sob a ótica da Contabilidade Pública; Classificação das receitas; Receitas sob o enfoque orçamentário, patrimonial e fiscal; Estágios da Receita; A Receita e a Lei de Responsabilidade Fiscal; Receita da Dívida Ativa. 4.

Despesas Públicas: Conceito; Despesas sob a ótica da Contabilidade Pública; Classificação das despesas; Despesa sob o enfoque orçamentário, patrimonial e fiscal; Estágios da Despesa; Tipos de Empenho; Restos a Pagar; Regime de Adiantamentos ou Suprimento de Fundos; Despesas de Exercícios Anteriores; A Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal; Dívida Pública. 5. Patrimônio na Administração Pública: Conceito; Bens Públicos; Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos; Depreciação, Amortização e Exaustão; Escrituração na Administração Pública: Conceito; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; Variações Patrimoniais Diminutivas; Variações Patrimoniais Aumentativas; Controles de Aprovação do Planejamento e Orçamento; Controles da Execução do Planejamento e Orçamento; Controles Devedores; Controles Credores; Subsistemas de Informações Contábeis; Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: Conceito; Objetivos; Formas de Acesso; Modalidades de Uso; Abrangência do SIAFI; Segurança do SIAFI; Principais Documentos de Entrada de Dados; Fundamentos Lógicos; Fundamentos Contábeis; SIAFI Gerencial; Formalidades do Registro Contábil; Escrituração de operações Típicas; Contabilização das transações no Setor Público. 6. Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público: Conceito; Composição e Conteúdo dos Balanços Públicos; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Classificação das Variações Patrimoniais; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Análise e Interpretação dos Balanços Públicos: Objetivo da Análise das Demonstrações Contábeis; Dos Quocientes sobre os Balanços; Indicadores e Indicativos Contábeis; Levantamento de Contas: Prestação de Contas; Tomada de Contas. 7. Auditoria Contábil: Normas práticas usuais de auditoria; Conceito; Controle Interno e Externo; Procedimentos e Rotinas. 8. Contabilidade de Custos. 9. Legislação Aplicada à Gestão Pública: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária (art. 70 ao 75), das finanças públicas (art. 163 ao 169); Lei Complementar nº 4.320/64; Decreto Lei 200/67; Lei nº 10.028 de 19.10.2000; Escrituração Fiscal Digital de Retenções – Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1701; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (7ª. Edição). Código Tributário de Novo Hamburgo-RS.

Referências Bibliográficas:

Brasil. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Brasil. Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

Código Tributário de Novo Hamburgo-RS. Consolida a Legislação Tributária Municipal Instituído O Código Tributário Do Município Consolidado e Dá Outras Providências. <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-novo-hamburgo-rs>.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>.

Martins, Eliseu. Contabilidade de Custos - Livro-texto - 10ª Ed. 2010 - Saraiva. Ano da edição, 2010.

NBC TA – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>.

NBC TI – de Auditoria Interna. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/>.

CARGO 413: EDUCADOR SOCIAL

Conhecimentos Específicos: 1. Educação e Sociedade. 2. Função do educador social. 3. Educação ambiental. 4. Políticas de atendimento às crianças e adolescentes em condições de risco: prostituição, abuso sexual, abrigados, exploração do trabalho. 5. Prática socioeducativa. 6. Tecnologias assistivas. 7. Tecnologias inclusivas. 8. Redes de comunicação e processos de intervenção social. 9. Pedagogia do Diálogo. 10. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. 11. Redes de comunicação e processos de intervenção social. 12. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993 e suas alterações). 13. PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social e suas alterações. 14. NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. 15. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 16. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Referências bibliográficas:

Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n29/a08v1429.pdf>.

PROCESSO HISTÓRICO - CONSTRUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL.

Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/123256.pdf>.

Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999.

Lei 13.461/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm.

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm.

Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: Ressocialização ou exclusão social?. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1440/4143>.

PNAS 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

NOB SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.

Educação e Sociedade. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000300449.

LEI Nº 13.580, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.

Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA O ATENDIMENTO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Disponível em: http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/0344c7_4fe2ba1cd6854b649d45d71a6517f80d.pdf.

PARANÁ (2018). Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-235.html>.

ECA/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Assistiva – tecnologia e educação. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#artigos>.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>.

Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100008.

UMA PEDAGOGIA DO DIÁLOGO E DO CORAÇÃO: Grégoire Girard e Paulo Freire - Dois intelectuais católicos a dois continentes e dois séculos de distância. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/28415/22822>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. Revista Ideação, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 1. sem. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_p

edagogica/fev_2014/NRE/2interdisciplinaridade_necessidade.pdf.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos. Informação del Tercer Sector, p. 1-6, abr. 2003. Disponível em: http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/a_ao_em_rede_na_implementao.pdf.

Lei 12.435/2011 que altera a LOAS/1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. PNAS/2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

AS COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO EDUCADOR SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA EDUCAÇÃO SOCIAL. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo_3/pdf/3.08.pdf.

ECA/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. Campinas: Papel Social, 2014

Lei 12.435/2011 que altera a LOAS/1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm.

PNAS 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

NOB SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.

CARGO 414: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Conhecimentos Específicos: 1. Solos: Classificação, Fertilidade, Manejo e Conservação. 2. Nutrição Mineral de plantas. 3. Fisiologia Vegetal: Fotossíntese, Crescimento e Desenvolvimento Vegetal. 4. Controle de Plantas Invasoras. 5. Identificação e controle de problemas fitossanitários em plantas cultivadas. 6. Irrigação e Drenagem na Agricultura. 7. Princípios de georreferenciamento. 8. Experimentação Agrícola: Montagem de Experimentos, Delineamentos Experimentais, Interpretação de Resultados de Análises de Experimentos. 9. ~~Cultivo de cacau, dendê, fruteiras nativas da Amazônia, laranja, abacaxi, coco, feijão, milho, arroz, hortaliças e plantas medicinais.~~ 10. Sociologia, Extensão e Economia Rural. 11. Entomologia. 12. Fitopatologia. 13. Pragas quarentenárias presentes, ausentes e Pragas não quarentenárias regulamentadas. 14. Manejo integrado de pragas. 15. Pragas com exigências fitossanitárias de países importadores. 16. Análises de riscos. 17. Uso correto de agrotóxicos e afins. 18. Quarentena vegetal. 19. Tratamentos para fins quarentenários. 20. Áreas de baixa prevalência de pragas. 21. Áreas livres de pragas. 22. Sistemas de manejo de riscos (Sistema Approach). 23. Certificação fitossanitária. 24. Lei Federal nº 8.171, de 17/01/1991. 25. Lei Federal nº 9.712, de 20/11/1998. 26. Lei Federal nº 10.711, de 05/08/2003. 27. Decreto Federal nº 5.153, de 23/07/2004. 28. Decreto Federal nº 5.741, de 30/03/2006. 29. Decreto Federal nº 8.471, de 22/06/2015. ~~30. Decreto Estadual 36.108, de 06/08/2015.~~ 31. Lei Federal nº 7.802, de 11/07/1989. 32. Decreto Federal nº 4.074, de 04/01/2002. 33. Agricultura Orgânica: conceitos, princípios e manejo da produção vegetal orgânica (Lei nº 10.831/2003). 34. Conhecimentos básicos sobre organismos internacionais e blocos econômicos regionais (OMC com foco na agricultura (SPS - TBT), FAO, OMS, CIPV (Decreto nº 5759/2006). 35. Proteção de cultivares. 36. Decreto Federal nº 6.268, de 22/11/2007. 37. Decreto Federal nº 8.446, de 06/05/2015.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm

BRASIL. DECRETO Nº 5.153, DE 23 DE JULHO DE 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5153.htm

BRASIL. DECRETO Nº 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm

BRASIL. DECRETO Nº 5.759, DE 17 DE ABRIL DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5759.htm

BRASIL. DECRETO Nº 6.268, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6268.htm

BRASIL. DECRETO Nº 8.446, DE 6 DE MAIO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8446.htm

BRASIL. DECRETO Nº 8.471, DE 22 DE JUNHO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8471.htm

BRASIL. LEI No 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.711.htm

BRASIL. LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm

BRASIL. LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=614EC16F7D8D7AE269B0505528F1B7D.proposicao_sWebExterno1?codteor=356265&filename=LegislacaoCitada+-PL+6189/2005

BRASIL. LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm

BRASIL. LEI Nº 9.712, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9712.htm

CAMPANHOLA, C.; BETTIOL, W. Métodos alternativos de controle fitossanitário. Embrapa 2003. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164175/1/Campanhola-Metodos.pdf>

COSTA, J. R. Técnicas Experimentais aplicadas às Ciências Agrárias. Embrapa 2003. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/107882/1/DOC163.pdf>

DE OLIVEIRA, M. F.; BRIGHENTI, A. M. Controle de plantas daninhas: métodos físico, mecânico, cultural, biológico e alelopatia. Embrapa Milho e Sorgo-Livro técnico (INFOTECA-E), 2018. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/193269/1/Controle-plantas-daninhas.pdf>

EMBRAPA. Página institucional. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-pragas-quarentenarias/perguntas-e-respostas>

EMBRAPA. Página institucional. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_72_59200523355.html

EMBRAPA. Sistemas de Produção. Embrapa 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/95489/1/SP-16-online.pdf>

HAMADA, E.; GONÇALVES, R. R. do V.; Introdução ao Geoprocessamento: princípios básicos e aplicação. Embrapa 2007. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7489/1/documentos_67.pdf

MALAVOLTA, E.; GOMES, Frederico Pimentel; ALCARDE, José Carlos. Adubos e adubações. [S.l: s.n.], 2000.

MARQUELLI, W. A.; OLIVEIRA, A. S. de; COELHO, E. F.; NOGUEIRA, L. C.; SOUSA, V. F. de. Manejo da água de irrigação. Embrapa 2012. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/55931/1/IRRIGACAO-e-FERTIRRIGACAO-cap5.pdf>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Proteção de Cultivares no Brasil. Mapa 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protECAo-de-cultivar/informacoes-publicacoes/livro-protECAo-de-cultivares.pdf>>
MIRANDA, J. C. C. Utilização das micorrizas na agricultura. Embrapa 1986. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/101061/1/doc-20.pdf>>
MOURA, A. P. Manejo Integrado de Pragas: Estratégias e Táticas de Manejo para o Controle de Insetos e Ácaros-praga em Hortaliças. Embrapa 2015. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7489/1/documentos_67.pdf>
MOURA, A. P. Manejo Integrado de Pragas: Estratégias e Táticas de Manejo para o Controle de Insetos e Ácaros-praga em Hortaliças. Embrapa 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355202/1529289/Agrot%C3%B3xicos+-+Legisla%C3%A7%C3%A3o+Federal+-+Marcelo+Bressan.pdf/7fa2f519-2945-a6a6-dbe5-c141c487693c>>
SENAR. Economia Rural. Senar 2015. Disponível em: <<http://senar-es.org.br/doc/uc/UC%208%20-%20Economia%20Rural.pdf>>
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARGO 415: ENGENHEIRO CIVIL

Conhecimentos Específicos: 1. Projetos de obras civis. 1.1. Arquitetônicos. 1.2. Estruturais (concreto, aço e madeira). 1.3. Fundações. 1.4. Instalações elétricas e hidro sanitárias. 2. Projetos complementares. 2.1. Elevadores. 2.2. Ventilação exaustão. 2.3. Ar condicionado. 2.4. Telefonia. 2.5. Prevenção contra incêndio. 3. Especificação de materiais e serviços. 4. Programação de obras. 4.1. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamento de quantidades. 4.2. Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT-CPM. 5. Acompanhamento de obras. 6. Construção. 6.1. Organização do canteiro de obras: execução de fundações (sapatas, estacas e tubulações). 6.2. Alvenaria. 6.3. Estruturas e concreto. 6.4. Aço e madeira. 6.5. Coberturas e impermeabilização. 6.6. Esquadrias. 6.7. Pisos e revestimentos. 6.8. Pinturas, instalações (água, esgoto, eletricidade e telefonia). 7. Fiscalização. 7.1. Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.) 7.2. Controle de materiais (cimento, agregados aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro etc.). 7.3. Controle de execução de obras e serviços. 8. Noções de irrigação e drenagem, de hidráulica, de hidrologia e solos. 9. Legislação e Engenharia legal. 10. Licitações e contratos. 10.1. Legislação específica para obras de engenharia civil. 11. Vistoria e elaboração de pareceres. 12. Princípios de planejamento e de orçamento público. 13. Elaboração de orçamentos. 14. Noções de segurança do trabalho.

Referências Bibliográficas:

OBRAS PÚBLICAS - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas, 4ª edição, Secretária-geral de Controle Externo Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana.
NBR 16636-1 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos
NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto — Procedimento.
NBR 6122 – Projeto e execução de fundações.
NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
NBR 5626 - Instalação predial de água fria.
NBR 15575 Edificações Habitacionais — Desempenho Parte 1: Requisitos gerais.
ABNT NBR 15575-5 Edificações habitacionais — Desempenho Parte 5: Requisitos para sistemas de coberturas.
NBR 9575 - Impermeabilização - Seleção e projeto.
NBR 13752 - Perícias de engenharia na construção civil.
NBR 13245 – tintas para construção.

CARGO 416: ENGENHEIRO DE TRÁFEGO

Conhecimentos Específicos: 1. Elementos do tráfego. 2. Características do tráfego. 3. Relações básicas: volume, densidade e velocidade. 4. Sinalização semaforica. 5. Cálculos semaforicos. 6. Sinalização vertical. 7. Sinalização horizontal. 8. Segurança de trânsito. 9. Educação para o Trânsito. 10. Elaboração e Gestão de Projetos; 11. Logística de Engenharia de Tráfego. 12. Planejamento da Mobilidade Urbana; acessibilidade e sustentabilidade. 13. Políticas Públicas para o Trânsito. 14. Noções básicas de controle de qualidade de materiais, produtos e serviços. 15. Segurança Viária e do Trabalho. 16. Projeto Geométrico. 17. Topografia. 18. Legislação do uso do solo. 19. Pavimentação de Vias Públicas. 20. Eletricidade. 21. Eletrônica. 22. Telecomunicações.

Referências bibliográficas:

Conselho Nacional de Trânsito (Brasil) (CONTRAN). Sinalização vertical de regulamentação / Contran-Denatran. 2ª edição – Brasília: Contran, 2007: il. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito).
BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro.
Conselho Nacional de Trânsito (Brasil) (CONTRAN). Sinalização horizontal / Contran-Denatran. 1ª edição – Brasília: Contran, 2007.il. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito);
Conselho Nacional de Trânsito (Brasil) (CONTRAN). Sinalização Semaforica / Contran-Denatran. – Brasília: Contran, 2014. il. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito);
BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Rede Ibero-Americana de Estudo em Pólos Geradores De Viagens. Caderno, Módulo 1, Caracterização dos Pólos Geradores de Viagens. Disponível em: <<http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/cadernos/modulo-i/caracterizacao-dos-pgvs>>.
NORMA DNIT 005/2003 - TER.
Brasil. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria Executiva. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de projeto geométrico de travessias urbanas. - Rio de Janeiro, 2010. (IPR. Publ).
Brasil. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de estudos de tráfego. - Rio de Janeiro, 2006. (IPR. Publ.).
Manual de Medidas Moderadoras de Tráfego. BHTRANS. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/imagens/authenticated%2C%20editor_a_bhtrans/manual_traffic_calming.pdf>.
PROGRAMA BRASILEIRO DE MOBILIDADE POR BICICLETA – BICICLETA BRASIL Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.
Apostila de Topografia básica. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17410/material/TOPOGRAFIA%20BASICA_VNF.pdf>.
Leis Municipais de Parcelamento do Solo de Novo Hamburgo. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-novo-hamburgo-rs-2017-02-21-versao-compilada>>.

Segurança viária / Antonio Clóvis Pinto "Coca" Ferraz...[et al.]. -- São Carlos, SP: Suprema Gráfica e Editora, 2012. Outros autores: Archimedes Azevedo Raia Júnior, Barbara Stolte Bezerra, Jorge Tiago Bastos, Karla Cristina Rodrigues Silva Bibliografia. ISBN 978-85-98156-69-9.

Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros / Liedi Bariani Bernucci... [et al.]. – Rio de Janeiro: PETROBRAS: ABEDA, 2006.

CARGO 417: ENGENHEIRO QUÍMICO

Conhecimentos Específicos: 1. Química Orgânica e Inorgânica: Tabela Periódica: propriedades periódicas dos elementos, Ligação Covalente; Ligação Iônica; Ligação Metálica. 2. Nomenclatura dos diversos compostos. 3. Estudo das propriedades físicas e químicas dos grupos funcionais, incluindo biomoléculas constituídas de aminoácidos, açúcares e ácidos graxos. 4. Compostos orgânicos de interesse biológico e tecnológico. 5. Processos Industriais/Operações Unitárias das Indústrias Químicas e de Alimentos: Filtração; Extração sólido-líquido; Destilação; Evaporação; Absorção; Secagem e Psicrometria. 6. Mecânica dos Fluidos Aplicada: Estática e dinâmica dos fluidos. 7. Balanços globais e diferenciais de massa, energia e quantidade de movimento. 8. Processos Termodinâmicos: propriedades termodinâmicas dos fluidos puros. 9. Equilíbrio e estabilidade em sistemas de um componente. 10. Propriedades termodinâmicas de misturas homogêneas. 11. Equilíbrio de fases; Equilíbrio químico. 12. Reatores: Introdução ao Cálculo de Reatores. 13. Equações básicas dos reatores. 14. Calor, Frio e trocas térmicas: Fontes. 15. Combustão: princípios e equipamentos. 16. Geração de vapor: utilização e equipamentos. Refrigeração: princípios, aplicações e equipamentos. 17. Compressores. 18. Troca térmica com e sem mudança de fase: aplicações, escolha e projeto de equipamentos. 19. Transferência de calor em escoamento de fluidos. Radiação térmica. 20. Controle de processos: Elementos de controle de processos da indústria química. 21. Variáveis: pressão, temperatura, vazão, nível e densidade. 22. Processos químicos industriais: Cerâmicas. 23. Aglomerantes. 24. Vidros. 25. Os carvões como matéria-prima. 26. Indústrias Têxteis. 27. Indústria de Celulose e do Papel. 28. Petroquímica – 1a e 2a gerações. 29. Indústria de Polímeros: plásticos e elastômeros Engenharia de Alimentos: Operações preliminares na indústria de alimentos: limpeza, seleção, classificação, pelagem, redução de tamanho, separações mecânicas. 30. Tratamento térmico (pasteurização, esterilização, branqueamento, resfriamento, congelamento, evaporação, extrusão); Cristalização; Desidratação; Concentração (membranas, adição de solutos); Irradiação; Estabilidade e controle durante o processamento dos alimentos; Armazenamento dos alimentos: refrigeração, congelamento, atmosfera modificada, atmosfera controlada, armazenamento de alimentos desidratados e de umidade intermediária; Estabilidade e controle durante o armazenamento dos alimentos; Microbiologia dos alimentos: deterioração microbiana dos alimentos, controle do desenvolvimento microbiano nos alimentos. 31. Processos fermentativos industriais. 32. Meio ambiente: Análises no controle da poluição ambiental. 33. Tratamento de efluentes. 34. Poluentes atmosféricos e seu tratamento. 35. Tratamento de resíduos sólidos. 36. Projetos industriais e sua análise: Fases dos projetos industriais da indústria química. 37. Montagem industrial. 38. Elaboração de um projeto básico da indústria química. 39. Generalidades sobre cartas de processos. 40. Identificação das variáveis de processo e do projeto, parâmetros de equipamentos. 41. Estudo da economia de processos químicos. 42. Número de variáveis necessárias ao cálculo de um processo. 43. Finanças: Balanço e princípios contábeis básicos. 44. Demonstrativo de lucros e perdas. Engenharia de Avaliações: Princípios Básicos; Depreciação. 45. Elaboração análise e administração de Projetos: Planejamento de projetos; Análises econômico-financeiras de projetos; Gerência da execução de projetos. 46. Estatística: Distribuições de frequência; Média, mediana, moda, variância, desvio padrão e coeficiente de variação; Teoria elementar da probabilidade; As distribuições binomial, normal e de "Student" t; Teoria elementar da amostragem; Teoria estatística da estimação; Testes de hipótese e significância.

Referências Bibliográficas:

BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral, 2-ed, Traduzido por: Cristina Maria Pereira dos Santos; Roberto de Barros Faria. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

BRAGA, B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL, Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

BUSSAB, W.O; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. São Paulo: Editora Saraiva, 2006 (5ª Edição).

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira; engenharia econômica; tomada de decisão; estratégia empresarial. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CAVALCANTI, J.E.W. Manual de Tratamento de Efluentes Industriais. 2016.

FOGLER, H. S. Elementos de engenharia das reações químicas. 4ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.

CREMASCO, M.A. Operações Unitárias em Sistemas Particulados e Fluidomecânicos. São Paulo: Editora Blücher, 2012.

FOUST, A.S., WENZEL, L. A., CLUMP, C.W., MAUS, L., ANDERSEN, L.B. Princípio das Operações Unitárias. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1982.

RIBEIRO, B. Microbiologia Industrial - Vol. 2. LTC Exatas.

RUSSEL, J. B. Química Geral, 2.ed, 2 vols. Traduzido por: Márcia Guekezan; Maria Cristina Ricci; Maria Elizabeth Brotto; Maria Olívia A. Mengod; Paulo César Pinheiro; Sonia Braunstein Faldini; Wagner José Saldanha. São Paulo: Makron, 1994.

SAGRILLO, S. F. et al. Processos produtivos em biotecnologia. São Paulo: Erica, 2015.

SMITH, J. M., VAN NESS, H. C. e ABBOTT, M. M., Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química, 7a Ed., LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 2007.

CARGO 418: MÉDICO DO TRABALHO

Conhecimentos Específicos: 1. Legislação básica de Saúde do Trabalhador: Normas Regulamentadoras, acidentária, previdenciária, resoluções da categoria de classe. 2. Políticas Públicas em Saúde e Trabalho. 3. Perícias em Medicina do Trabalho. 4. Epidemiologia básica aplicada à medicina do trabalho e bioestatística. 5. Ética médica e questões bioéticas em saúde do trabalhador. 6. Agravos a saúde relacionados ao trabalho: doenças ocupacionais, doenças do trabalho e acidentes. 7. Psicopatologia e saúde mental no trabalho. 8. Acidentes do trabalho: documentos médico-legais e atuação do médico do trabalho. 9. Promoção da Saúde no Trabalho. 10. Toxicologia ocupacional. 11. Higiene do Trabalho. 12. Ergonomia. 13. Reabilitação e Retorno ao Trabalho. 14. Gestão em Saúde, Segurança e Meio Ambiente. 15. Controle de saúde dos trabalhadores da saúde; 16. Vigilância em Saúde do Trabalhador. 17. Saúde Ambiental, poluição ambiental e Saneamento do meio. 18. Segurança no Trabalho.

Referências Bibliográficas:

ABHO. Limites de tolerância da ACGIH. TLVs® e BEIs® da ACGIH® edição 2018.

ANAMT- recomendação 01/2017 disponível em:

http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/recomendacoes_da_anamt_13320171038367055475.pdf.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA). Diretrizes para Vigilância do Câncer Relacionado ao

Trabalho. Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//diretrizesvigilancia-cancer-relacionado-2ed.compressed.pdf>

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

BRASIL. Normas Regulamentadoras. Disponível em <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-notrabalho/normasregulamentadoras>

Calendário de Vacinação da Sociedade Brasileira de Imunizações – SBIM. Disponível em <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>

Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica, 2018. Disponível em <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>

Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2.183/2018. Dispõe de normas específicas para médicos que atendam o trabalhador. Disponível em <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2183>

Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/comunicacao-de-acidente-de-trabalho-cat/>

Instituto Nacional do Seguro Social. Manual Técnico de Perícia Médica Previdenciária/Instituto Nacional do Seguro Social. – Brasília, 2018. 132 p. il. 1. Aposentadoria Especial. 2. Agentes Nocivos. 3. Agentes Biológicos. Associação de agentes. 5. Ação Técnica da Perícia Médica. I. Título. Disponível em: <https://www.saudeocupacional.org/v2/wp-content/uploads/2018/03/Manual-T%C3%A9cnico-de-Per%C3%ADcia-M%C3%A9dica-2018.pdf>

Manual de orientação sobre controle médico ocupacional da 1234567 exposição a substâncias químicas. [texto] / José Tarcísio Buschinelli. – 1234567 São Paulo : Fundacentro, 2014. 123456789088 p. ; 21 cm. 1234567890 ISBN 978-85-98117-85-0 12345678901. Riscos químicos. 2. Substâncias químicas – Riscos 1234567 biológicos. 3. Limites biológicos de exposição. I. Título. Disponível em: http://anamt.org.br/site/upload_arquivos/sugestoes_de_leitura_3420141148287055475.pdf

Manual de Toxicologia Clínica: Orientações para assistência e vigilância das intoxicações agudas / [Organizadores] Edna Maria Miello Hernandez, Roberto Moacyr Ribeiro Rodrigues, Themis Mizerkowski Torres. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2017. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/MANUAL%20DE%20TOXICOLOGIA%20CL%C3%8DNICA%20-%20COVISA%202017.pdf>

MENDES, René. Patologia do Trabalho. 3.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atheneu, 2013.

Ministério da Saúde. Dermatoses ocupacionais. Brasília, 2006. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_0553_M.pdf

Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114) ISBN 85-334-0353-4 1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf

Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho. Disponível: <https://central3.to.gov.br/arquivo/276627/>

CARGO 419: MÉDICO VETERINÁRIO

Conhecimentos Específicos: 1. Doenças de notificação obrigatória. 2. Conhecimentos básicos sobre procedimentos de colheita e envio de amostras para laboratórios para diagnóstico das doenças de notificação obrigatória. 3. Vacinas para animais domésticos. 4. Regras de prescrição de drogas. 5. Fármacos utilizados nos animais domésticos. 6. Neuroendocrinologia da reprodução na fêmea. 7. Diagnóstico de gestação nos animais domésticos. 8. Doenças Transmissíveis e Cadeia epidemiológica. 9. Zoonoses: Leptospirose; Leishmanioses; Raiva, esporotricose e febre amarela. 10. Clínica Médica e cirúrgica dos animais domésticos dos sistemas: locomotor; digestório; reprodutor masculino e feminino; respiratório; neurológico; dermatológico; genitourinário; visual; auditivo; renal; hepático e cardiovascular. 11. Procedimentos anestésicos aplicados aos sistemas: locomotor; digestório; reprodutor masculino e feminino; neurológico; dermatológico; genitourinário; visual; auditivo; renal; hepático e cardiovascular. 12. Métodos de diagnóstico por imagem dos sistemas: locomotor; digestório; reprodutor masculino e feminino; respiratório; neurológico; dermatológico; genitourinário; visual; auditivo; renal; hepático e cardiovascular. 13. Desequilíbrio Hidroeletrolítico; Intoxicações; 14. Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Capítulo VI – Meio Ambiente; Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008, Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009 e demais Resoluções Normativas aplicáveis e à luz dos Princípios Éticos na Experimentação Animal elaborados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA/MCTI; Portaria Nº 465, de 23 de maio de 2013 que aprova Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para fins Científicos e Didáticos - DBCA; RESOLUÇÃO Nº 1000, DE 11 DE MAIO DE 2012 Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências elaborada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; 15. Espécies convencionais de animais de laboratório (camundongo, rato, coelho). 16. Rotina de manejo das espécies convencionais de animais de laboratório. 17. Controle de qualidade do macro e microambiente. 18. Doenças que acometem animais em laboratório. 19. Controle parasitológico, virológico e bacteriológico. 20. Bem-estar animal. 21. Cuidados adequados para o transporte de espécies convencionais de animais de laboratório (camundongo, rato, coelho). 22. Biossegurança. 23. Cuidados pós-operatórios. 24. Vias de administração e coleta de fluidos de espécies convencionais de animais de laboratório (camundongo, rato, coelho). 25. Métodos de eutanásia.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, A.; PINTO, S. C.; OLIVEIRA, R. S. de. Animais de laboratório: criação e experimentação. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 50 de 24 de setembro de 2013. Alterar a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal, previstas no art. 61 do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, publicado pelo Decreto no 24.548, de 3 de julho de 1934, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/Listadedoencasanimaisdenotificacaoobligatoria.pdf>

_____. Procedimentos para vigilância de doenças nervosas de ruminantes a campo. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/copy_of_PROCEDIMENTOSPARACOLETAEAMOSTRASSUSPEITASDERAIVAEET.pdf

_____. Instrução Normativa n. 35 de 11 de setembro de 2017. Estabelece os procedimentos para a comercialização das substâncias sujeitas a controle especial, quando destinadas ao uso veterinário, relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa, e dos produtos de uso veterinário que as contenham. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/produtos-veterinarios/legislacao-1/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-sda-mapa-no-35-de-11-09-2017.pdf/view>

_____. Manual de boas práticas de manejo em equideocultura. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/producao-animal/arquivos-publicacoes-bem-estar-animal/manual_boas_praticas_digital.pdf

_____. Lei n. 11.794 de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm

_____. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução n. 1000. Dispõe sobre procedimentos de eutanásia em animais e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/lei/index/id/326>

_____. Ministério da Saúde. Informações técnicas. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/leptospirose/1322-saude-de-a-z/leptospirose/9729-informacoes-tecnicas>

CHASE, C. et al. Blackwell's Five-minute veterinary consult: ruminant. 2 ed. Hoboken: Wiley, 2017.

DAY, M.J. et al. Guidelines for vaccination of dogs and cats. Journal of Small Animal Practice, v. 57, 2016.

FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GONZALES, S. Parasitologia Veterinária. 2. ed. São Paulo: Roca, 2017.

GRIMM, K. A. et al. Anestesiologia e Analgesia em Veterinária. 5. ed. São Paulo: Roca, 2017.

JERICO, M. M.; KOGIKA, M. M.; ANDRADE-NETO, J. P. Tratado de Medicina Interna de cães e gatos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

MCVEY, S.; KENNEDY, M.; CHENGAPPA, M.M. Microbiologia Veterinária. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

NEVES, S. M. P.; MANCINI-FILHO, J.; MENEZES, E. W. de. Manual de cuidados e procedimentos com animais de laboratório do biotério de produção e experimentação da FCF-IQ/USP. São Paulo: FCF-IQ/USP, 2013. Disponível em: <http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads/Manual-Cuidados-com-Animais.pdf>

NOAKES, D. E.; PARKINSON, T. J.; ENGLAND, G. C. W. Veterinary reproduction and obstetrics. 10 th. China: Elsevier, 2019.

PAIVA, F. P.; MAFILLI, V. V.; SANTOS, A. C. S. Curso de manipulação de animais de laboratório. Salvador: Focruz, 2005. Disponível em: http://www.bioteriocentral.ufc.br/arquivos/apostilha_manipulacao.pdf

REBHUN, W. C. Doenças do gado leiteiro. São Paulo: Roca, 2000.

SPINOSA, H. de S.; GORNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. Farmacologia aplicada a medicina veterinária. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

CARGO 420: ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PNE

Conhecimentos Específicos: 1. Saúde Bucal Coletiva e Níveis de Prevenção. 2. Epidemiologia. 3. Biossegurança. 4. Radiologia: técnica radiológica; interpretação radiográfica; anatomia radiográfica. 5. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. 6. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicular; proteção do complexo; dentinopulpar; materiais restauradores; técnicas de restauração. 7. Periodontia: anatomia do periodonto; tecidos periodontais; prevenção, semiologia, diagnóstico clínico; exames complementares aplicados ao diagnóstico das doenças periodontais; e tratamentos em periodontia; cirurgia periodontal; 8. Endodontia: alterações pulpare e periapicais: semiologia, diagnóstico e tratamento; tratamentos conservadores da polpa; traumatismo alvéolo-dentário. 9. Urgências em Odontologia: trauma dental; hemorragia; pericoronarite, abscessos dento-alveolares; pulpite; alveolite. 10. Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros; lesões cancerizáveis; semiologia, semiotécnica, diagnóstico, prevenção e tratamento de neoplasias malignas e benignas da cabeça e pescoço; patologia oral; 11. Atenção à saúde bucal de pessoas com necessidades especiais. 12. Conceito e classificação dos pacientes com necessidades especiais. 13. Deficiências sensoriais e mentais. 14. Atendimento de pacientes com condições especiais e doenças sistêmicas crônicas. 15. Atendimento de pacientes com coagulopatias hereditárias. 16. Atendimento de gestantes. 17. Cirurgia: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas, acidentes e complicações. 18. Anestesiologia: dor, sedação, anestesia geral, técnicas anestésicas intrabucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais; acidentes e complicações em anestesia odontológica. 19. Prevenção: Fluoroterapia; toxicologia do flúor; Fluorose: diagnóstico e tratamento. 20. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. 21. Código de Ética Odontológica. 22. Bioética. 23. Odontopediatria: Práticas Preventivas em Odontopediatria; Dentística voltada para a odontopediatria: semiologia, diagnóstico e tratamento; proteção do complexo dentinopulpar; materiais restauradores; técnica de restauração atraumática. 24. Emissão de laudos e pareceres, atestados e licenças. 25. Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde: bases legais. 26. Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

BRASIL. Guia para utilização de fluoretos no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Cartilha de Proteção Respiratória para trabalhadores da saúde. Brasília: ANVISA, 2009.

BRASIL. Manual A B C D E das hepatites virais para cirurgiões-dentistas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Blog da Saúde. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/materias-especiais/51968-materia-especial-no-brasil-nasce-uma-crianca-com-fissura-labiopalatinas-a-cada-650-nascimentos>

CALDAS Jr., A.F.; MACHIAVELLI, J.L. Atenção e cuidado da saúde bucal da pessoa com deficiência. Protocolos, diretrizes e condutas para cirurgiões-dentistas. Recife: Ed. Universitária, 2013.

CHEDID, S.J.; BLANK, D.; CURY, J.A. Higiene bucal com uso de fluoreto – medidas de prevenção *In* Tratado de Pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria. BURNS, D.A. et al. Barueri: Manole, 2017, p.2339-2343.

CURY, J.A.; TENUTA, L.M.A. Riscos do uso do dentifrício fluoretado na prevenção e controle de cárie na primeira infância. Rev. Fac. Odontol. Porto Alegre, v. 53, n. 3, p. 21-27, set./dez., 2012.

CURY; J.A.; CALDARELLI, P.G.; TENUTA, L.M.A. Necessidade de revisão da regulamentação brasileira sobre dentifrícios fluoretados. *Rev Saúde Pública*, v.49, p.74, 2015.

ELIAS, R. *Odontologia para pacientes com necessidades especiais do zero aos dezoito anos*. Nova Odessa – SP: Napoleão, 2014.

HARGREAVES, K.M.; BERMAN, L.H. COHEN. *Caminhos da polpa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

IMPARATO, J.C.P.; WAMBIER, D.S.; BORGES, B.C.D.; ASSUNÇÃO, I.V.; ARAÚJO, F.B.; RODRIGUES, J.; RIBEIRO, C.C.C.; RAGGIO, D.P. *Manejo de lesões de cárie em esmalte e dentina na clínica infantil In ODONTOPEDIATRIA. Evidências científicas para a conduta clínica em bebês e pré-escolares*. São Paulo: Quintessence, 2018.

MALAMED, S.F. *Manual de Anestesia Local*. São Paulo: Elsevier, 2013.

MAREGA, T.; GONÇALVES, A.R.; ROMAGNOLO, F.U. *Odontologia Especial*. São Paulo: Quintessence, 2018.

NAVARRO, M.F.L.; LEAL, S.C.; MOLINA, G.F.; VILLENA, R.S. *Tratamento Restaurador Atraumático: atualidades e perspectivas*. *REV ASSOC PAUL CIR DENT* 2015.

NEVILLE, B.W.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M.; CHI, A.C. *Patologia oral e maxilofacial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

RIGO, L.; CALDAS Jr., A.F.; SOUZA, E.A.; ABEGG, C.; LODI, L. *Estudo sobre a fluorose dentária num município do sul do Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1):1439-1448, 2010.

PEREIRA, J.C.; ANAUATE-NETTO, C.; GONÇALVES, S.A. *Dentística. Uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

WEYNE, S.C.; TUÑAS, I.T.C. *Cariologia – conceitos de hoje para uma doença de ontem In Odontologia Restauradora. Fundamentos e Possibilidades*. São Paulo: Santos, 2017.

CARGO 421: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA1 – ED. INF. E EN. FUND. ANOS INICIAIS

Conhecimentos Específicos: 1. Organização dos espaços e tempos da Educação Infantil. 2. Acolhimento e adaptação na escola. 3. Interações e brincadeiras. 4. Educar e cuidar. 5. Desenvolvimento humano na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 6. Inclusão e diversidade na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 7. Currículo, planejamento e avaliação. 8. Investigação e pesquisa no processo de ensino e aprendizagem e o papel do professor. 9. Metodologias ativas. 10. Alfabetização e Letramentos: Conceitos. Gêneros textuais. 11. Multiletramento. 12. Letramento literário. 13. BNCC e Referencial Curricular Gaúcho: Dez competências. 14. Direitos e objetivos de aprendizagem. 15. Campos de experiências. 16. Áreas do conhecimento.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Educação, Conselho Nacional de Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base Brasília: MEC, 2017*.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>>.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLL, Cesar. *Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1987.

VALENTE, José Armando; BIANCONCINI de Almeida, Maria Elizabeth; FOGLI Serpa Geraldini, Alexandra. *Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino*. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 17, n. 52, out/dez, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf>.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. *Referencial Curricular Gaúcho*. Porto Alegre, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação Mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento*. Disponível em: <<http://www.dn.senai.br/competencia/src/contextualizacao/celia-avaliacaomediadoraJussaraHoffmam.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. v. 2. Ensino de primeira à quarta série, 1997.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARGO 422: PSICÓLOGO

Conhecimentos Específicos: 1. Articulações da Assistência Social e Trabalho: inclusão produtiva, economia solidária, acesso ao mundo do trabalho e à qualificação; 2. Ética profissional. 3. Psicologia Social. 4. Referências Técnicas para atuação do Psicólogo no CRAS. 5. Atuação do psicólogo no SUAS -Sistema Único de Assistência Social, Protagonismo Juvenil e Trabalho Social com Juventude. 6. Trabalho Social com Famílias. 7. Princípios da Análise Institucional. 8. Processos de Exclusão/Inclusão Social. 9. Construção Social da Violência. 10. Concepções sobre grupos e instituições. 11. Clínica ampliada à construção de projetos terapêuticos singulares na lógica da atenção psicossocial. 12. Princípios da intersetorialidade. 13. Trabalho em Rede. Reabilitação/reinserção psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico. Terapia Breve. 14. Orientação Familiar. 15. Elaboração de Relatórios e Pareceres Psicossociais. 16. Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária –história e vertentes; 17. Modelos metodológicos de ação: comunitário, psicossocial e institucionalista; 18. Teorias e práticas de intervenção psicossocial na comunidade, grupos e famílias; 19. Especificidades da intervenção psicossocial: infância, adolescência e velhice e questões de gênero; Procedimentos de intervenção psicossocial: entrevista; orientação; aconselhamento; grupos de discussão; grupos operativos; 20. Categorias étnico-raciais, de gênero, geracionais, de orientação sexual e de classes sociais e suas intersecções com a Psicologia Social. 21. Psicologia e Teorias clássicas e contemporâneas relativas aos movimentos sociais. 22. Psicologia e Sistema Único de Assistência Social. 23. Psicologia e Direitos Humanos na assistência social: ações/práticas intersetoriais. 24. O compromisso ético-político do psicólogo na assistência social. 25. Psicologia e ética –regulamentação profissional e atuação cotidiana. 26. Processos sociais, políticas públicas e produção de subjetividade. 27. Escuta social e escuta clínica Subjetividade, vulnerabilidades (pessoais e sociais) e relações familiares. 28. Gestão do Trabalho e saúde do trabalhador na assistência social; 29. A política de assistência social: perspectivas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares; 30. Métodos de investigação: observação participante, pesquisa-ação, pesquisa-intervenção.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO. Nota de repúdio. Disponível em: <https://www.abrapso.org.br/mensagem/view2?q=NzM2MDciMkMyMzclMkM2ZDA3N2E3MmliXMGm2MwY2ZjVhNjFkYTYmYmEzZjk1OQ==>

BASTOS, A. B. IZIQUE, B. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. *Psicol. inf.* [online]. 2010, vol.14, n.14 [citado 2020-01-15], pp. 160-169. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1415-8809.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. – Lei da igualdade social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo(a). Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2008.

CORDEIRO, M. P. SVARTMAN, B. SOUZA, L. V. (org). Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890-1?inline=1>

CREPALDI. MORÉ. Atendimento psicológico a famílias na clínica e na comunidade: questões ético-metodológicas. Temas em Psicologia da SBP. 200t. V010. n3.201-209. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v10n3/v10n3a02.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética profissional do psicólogo. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica parâmetros para atuação das e dos profissionais de psicologia no âmbito sistema único de assistência social (SUAS). Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/consultapublica/2016/compas/docs/notaTecnica.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica nº 001/2016 – CONPAS/CFP. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Nota-T%C3%A9cnica-n%C2%BA-001-2016-CONPAS-CFP.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução cfp 06/2019 comentada orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Como devo fazer guarda e descarte de documentos utilizados no atendimento? Disponível em: <https://site.cfp.org.br/faq/como-devo-fazer-guarda-e-descarte-de-documentos-utilizados-no-atendimento/>

FERRAZ, F.C. Trabalho com famílias em Psicologia social. *Jornal de psicanálise*. São Paulo, v. 47, n. 87, p. 305-309, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352014000200022&lng=pt&nrm=iso.

AGUERRA, P. B. C. Psicologia social dos estereótipos. *PsicoUSF* [online]. 2002, vol.7, n.2 [citado 2020-01-15], pp. 239-240. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712002000200013&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1413-8271.

GODINHO, T. A abordagem da família na política social. In: Trabalho com famílias. 2008. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/06/trabalho-com-famc3adlias.pdf>

GONÇALVES, M. A. PORTUGAL, F. T. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2012, vol.32, pp.138-153. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500010&lng=en&nrm=iso. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500010>.

GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>

MELO, A. S. E. MAIA FILHO, O, N. CHAVES, H. V. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan.-abr. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1162>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0153.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional do Ministério Público. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa de Volta para casa. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prog_volta_para_casa.pdf

MONICO, L. ALFERES, V. R. CASTRO, P. A. PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Revista Atas CIAIQ2017. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais (Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales)*. Volume 3.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo. n. 101, p. 95-120. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100006&lng=en&nrm=iso. access on 15 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>

RODRIGUES, A. ASSMAR, E. M. L. JABLONSKI, B. Psicologia Social. Petrópolis, Vozes. 2000.

SANCHES, L. R. VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*. 30. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e178335.pdf>

SAWAIA, B. (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCORSOLINI-COMIN, F. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. *Contextos Clínic* [online]. 2014, vol.7, n.1 [citado 2020-01-15], pp. 02-14. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100002&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1983-3482. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01>.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME –

CARGO 423: TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

Conhecimentos Específicos: 1. Língua, cultura e identidades surdas. 2. Comunidades surdas e artefatos culturais surdos. 3. Políticas públicas e legislação referente à educação de surdos e Libras. 4. Estrutura linguística e aspectos gerais da Libras. 5. Representações culturais e históricas acerca da surdez. 6. História da educação de surdos no Brasil e no mundo. 7. Educação inclusiva de surdos. 8. Aspectos gerais sobre o processo de interpretação/tradução e a atuação do profissional intérprete de Libras. 9. Ética profissional. 10. Projeto de Lei (PL) 1.231/2019 e suas alterações. 11. Lei nº 13.146, de 6 De Julho De 2015 e suas alterações - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): disposições gerais; da igualdade e da não discriminação; do direito a educação.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 13.146/2015 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. (PL) 1.231/2019 e suas alterações. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135498>

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Felipe, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico, 6ª. Edição, 2007

BRASIL. Instituto Federal de Santa Catarina. IFSC - CÂMPUS PALHOÇA BILÍNGUE. Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como segunda Língua. 2017. Disponível em:

https://www.palhoca.ifsc.edu.br/materiais/apostila-libras-basico/Apostila_Libras_Basico_IFSC-Palhoca-Bilingue.pdf.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Falando com as mãos. Curitiba: SEED/DEEIN, 1998. Disponível em : <https://pt.scribd.com/document/89971536/APOSTILA-FALANDO-COM-AS-MAOS>.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: Aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>.

SALLES, H.M.M., *et all.* Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica. Brasília : MEC, SEESP, 2004. 2 v. : il.(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

Silva, L. Língua Brasileira de Sinais – Libras. Curitiba: Editora Fael, 2010.

SILVA, G. M. Parâmetros da Libras. Minas Gerais. s. a. Disponível em : http://www.letras.ufmg.br/padroao_cms/documentos/eventos/dialogosdeinclusao/Parametros_da_Libras.pdf.

STROBEL, K. FERNANDES, S. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba, 1998

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Ed. Da UFSC. Florianópolis, 2008.

STROBEL, K. História da Educação dos Surdos. Ed: da UFSC. Florianópolis, 2009.